



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE GESTÃO

***Impacto do Investimento na Educação em STP
sobre o nível do IDE***

N'Diê Hajek Nobre Saloum Sy

Orientação: Andreia Dionísio e Joaquim Ramalho

Mestrado em Gestão

Área de especialização: *Finanças*

Trabalho de Dissertação

São Tomé/Évora, 2018



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE GESTÃO

***Impacto do Investimento na Educação em STP
sobre o nível do IDE***

N'Diê Hajek Nobre Saloum Sy

Orientação: Andreia Dionísio e Joaquim Ramalho

Mestrado em Gestão

Área de especialização: *Finanças*

Trabalho de Dissertação

São Tomé/Évora, 2018

Dedicatória.

Dedico o trabalho para as pessoas que acreditaram no meu potencial: Andreia Dionísio, Ivan de Oliveira, Juliana Ramos e aos colegas de turma; Disney, Ayrton e Sandro Trigueiros.

Também dedico a todos que me deram suporte nesta jornada: Joaquim Ramalho, Eugénio Neto, Sabina Ramos e Victoria Sequeira.

“Deus quer, o Homem
sonha, a obra nasce”.

(Fernando Pessoa)

Resumo

Este trabalho pioneiro tenta perceber de que forma o investimento em Capital Humano (*know-how*) pode ou não influenciar a atração do Investimento Direto Estrangeiro. Nesta linha de pensamento algumas variáveis são analisadas e modelos de regressão estimados com o intuito de dar resposta aos objetivos do estudo.

Inicialmente tenta-se expor os pressupostos das teorias, transpondo as mesmas para o caso específico de S. Tomé e Príncipe com o intuito de compreender a realidade social do país. Posteriormente, a metodologia elucida os procedimentos, técnicas e análise dos modelos usados com o intuito de validar o modelo de regressão.

Os principais resultados do estudo levam-nos a concluir que o investimento em capital humano é a variável mais importante para atrair Investimento Directo Estrangeiro para S. Tomé e Príncipe. Em particular, concluiu-se que após dois anos de investimento em capital Humano têm-se os primeiros sinais de atração ou captação de Investimento Direto Estrangeiro no país.

Palavras-chave: *Capital Humano; Investimento Direto Estrangeiro; Modelo de Regressão*

Impact of Investment in Education in STP on the level of the IDE

Abstract

This pioneering work tries to explain how the investment in Human Capital (know-how) may or may not influence the attraction of Foreign Direct Investment. In this line of thought, some variables are analysed and regression models are estimated with the purpose of answering the objectives of the study.

Initially we try to expose the assumptions of theories, transposing them to the specific case of S. Tomé and Príncipe in order to understand the social reality of the country. Subsequently, the methodology elucidates the procedures, techniques and analysis of the models used in order to validate the regression model.

The main results of the study lead us to conclude that the investment in human capital is the most important variable to attract Foreign Direct Investment to S. Tomé and Príncipe. In particular, it was concluded that after two years of investment in Human Capital there are the first signs of attraction of Foreign Direct Investment in the country

Keyword: *Human capital; Foreign Direct Investment; Regression Model*

ÍNDICE

Índice de Anexos	8
Índice de quadros.....	9
Índice de gráficos	10
Listagem de Abreviaturas ou Siglas.....	11
1. Introdução.....	13
1.1. Enquadramento do Tema e Justificações da Escolha	13
1.2. Formulação dos Objetivos e do Problema de Investigação	13
1.3. Metodologia	14
1.4. Estrutura do Trabalho	15
1.5. Relevância e importância do estudo.....	16
2. Teoria do Capital Humano (TCH).....	17
2.1 Conceito e evolução teórica.....	17
2.2 Importância do Estado no Capital Humano	19
3. Investimento Direto Estrangeiro (IDE)	22
3.1 Conceito e evolução teórica.....	22
3.2 Importância do Estado para o IDE.....	25
3.3 Fenómenos vinculados à definição de salários (CH e IDE).....	27
3.4 Limitações das teorias (CH e IDE).....	31

4.	Enquadramento do investimento em Educação e de IDE em STP	33
4.1	Investimento na educação em STP (evolução)	33
4.2	Estratégia e objetivo do Ministério da Educação.....	37
4.3	O desenvolvimento do CH e o mercado de trabalho em STP	41
4.4	Evolução do IDE em STP	44
4.5	Estratégia e Incentivos ao IDE por parte do governo.....	47
5.	Metodologia	50
5.1	Forma de obtenção dos dados e limitações.....	50
5.2	IDE e variáveis explicativas do IDE	51
5.2.1	Taxa de crescimento do IDE	51
5.2.2	Taxa de crescimento do peso do investimento em educação	52
5.2.3	Taxa de crescimento do PIB	53
5.2.4	Estabilidade política	53
5.2.5	Contratos.....	54
5.2.6	Fonte dos dados	55
5.3	Testes de estacionariedade.....	56
5.4	Modelo de Regressão Linear	58
5.5	Testes de hipóteses do modelo de regressão.....	59
6.	Resultados	61
6.1	Estatística descritiva das variáveis trabalhadas	61
6.2	Testes à estacionariedade.....	65

6.3	Modelos de regressão estimados	67
6.4	Interpretação e discussão dos resultados.....	70
7.	Conclusões.....	73
8.	Bibliografia	75
9.	Anexos.....	85

ÍNDICE DE ANEXOS

	Pág.
Anexo nº 1: Construção de variáveis	i
Anexo nº 2: Testes de raízes unitárias.....	ii
Anexo nº 3: Modelos de regressão	vi
Anexo nº 4 Indicadores de STP.....	ix
Anexo nº 5 Historial das Legislaturas.....	x

ÍNDICE DE QUADROS

	Pág.
Quadro nº 1: Indicadores do ensino pré-escolar.....	38
Quadro nº 2: Indicadores do ensino básico.....	39
Quadro nº 3: Indicadores do ensino secundário.....	40
Quadro nº 4: Indicadores do ensino superior.....	41
Quadro nº 5: Descrição das variáveis do estudo.....	55
Quadro nº 6: Medidas da estatística descritiva.....	64
Quadro nº 7: Resultado dos testes de raízes unitárias.....	66
Quadro nº 8: Resultado do modelo 1.....	68
Quadro nº 9: Resultado dos modelos 2 e 3.....	69

ÍNDICE DE GRÁFICOS

	Pág.
Gráfico nº 1: Evolução da população ativa.....	42
Gráfico nº 2: População empregada.....	43
Gráfico nº 3: Panorama do IDE.....	45
Gráfico nº 4: Evolução do ILE.....	46
Gráfico nº 5: Índicios de estacionaridade.....	56
Gráfico nº 6: Índicios de não estacionaridade.....	57
Gráfico nº 7: Evolução do PIB.....	62
Gráfico nº 8: Evolução da inflação.....	62
Gráfico nº 9: Evolução da valorização da educação.....	61
Gráfico nº 10: Evolução do investimento na educação via OGE.....	63
Gráfico nº 11: Evolução do IDE.....	64

LISTAGEM DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ANP – Agência Nacional de Petróleo BC – Balança Comercial

ANSTP – Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe

BC – Balança Comercial

BC-STP – Banco Central de São Tomé e Príncipe

CBF – Código de Benefícios Fiscais

CH – Capital Humano

CHE – Capital Humano Específico

CHG – Capital Humano Geral

CI – Código de Investimento

CST – Companhia Santomense de Telecomunicações

EPT – Educação para Todos

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

ILE – Índice de Liberdade Económica

INE-STP – Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

IPC - Índice de Preço do Consumidor

ISP/STP – Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe

IUCAI – Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática

ME – Ministério da Educação PIB – Produto Interno Bruto

MF-STP- Ministério das Finanças de São Tomé e Príncipe

MMQ- Método dos Mínimos Quadrados

NEE – Necessidades Educativas Especiais

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OGE – Orçamento Geral do Estado

PADE – Programa Acelerar a Educação

PNA_EPT – Plano Nacional de Ação da Educação para Todos

RGPH – Recenseamento Geral da População

RESEN – Relatório do Estado do Sistema Educativo

SITAN – Situação da Crianças e Mulheres

SSR – Saúde Sexual e Reprodutiva

STP – São Tomé e Príncipe

TCH – Teoria do Capital Humano

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

UNCTAD – *United Nations Conference on Trade and Development*

1. INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento do Tema e Justificações da Escolha

S. Tomé e Príncipe (STP) é um país insular que carece de meios estruturais e financeiros para solucionar as inúmeras situações que afligem o arquipélago. Alguns fatores, têm influenciado o desenvolvimento do país, tais como, crescimento da dívida externa; pouco dinamismo do setor privado; desequilíbrio na balança comercial (maior importação que exportação); diminuição do poder de compra da população por haver pouca correlação entre inflação e salário nominal.

O motivo da escolha do tema deve-se ao facto de STP ser um país em vias de desenvolvimento aonde a educação é o setor preponderante na elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE). Porém, apesar do setor ser importante e privilegiado o investimento em literacia, parece não traduzir resultados desejados a nível social e económico.

A razão que nos move na análise deste tema deve-se à necessidade de compreender se o investimento em Educação por parte do Governo em STP poderá ser contributo para o desenvolvimento económico do país, sendo aqui analisado uma parcela específica, nomeadamente o Investimento Direto Estrangeiro (IDE).

1.2. Formulação dos Objetivos e do Problema de Investigação

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar o investimento no setor educacional, e qual a relação do mesmo para influenciar ou promover o IDE. Ou seja, pretende-se conhecer a evolução do investimento em educação no país articulado ao conceito de Capital Humano (CH) e promoção de IDE e perceber se há relação e qual o tipo de relação entre estas variáveis.

Para tal efeito os gastos realizados pelo Governo no setor educacional e seus resultados são importantes para uma apreciação financeira usando séries temporais,

modelos de regressão e testes à estacionaridade, pois pretende-se verificar se o investimento em Educação tem impactos significativos na economia Santomense.

A dissertação tem ainda como objetivos específicos:

- ✓ Caracterizar os tipos de investimentos feitos no setor educacional (infra-estrutura, bolsas de estudo, formação dos docentes);
- ✓ Propor e testar outras variáveis eventualmente também importantes para explicar a captação de IDE;
- ✓ Identificar a existência ou não de incentivos ao IDE por parte do governo;
- ✓ Verificar se existe ou não legislação clara e eficaz de proteção ao IDE no país.

A questão de investigação prende-se assim em compreendermos se o investimento em educação em STP nos últimos 16 anos influencia ou promove o IDE.

Existindo o entendimento (meramente observacional) de que em STP mesmo que haja maior *Know-How* e Capital Humano a economia não parece apresentar sinais de crescimento consideráveis, torna-se pertinente colocar algumas questões:

- ✓ Será que o investimento no sector educacional em STP é bem aplicado? Como é aplicado? Qual o propósito/objetivo/meta deste investimento?
- ✓ O investimento em Capital Humano é uma boa estratégia para influenciar ou promover IDE para se obter o desenvolvimento?

1.3. Metodologia

Como instrumento de apreciação financeira para o processo metodológico será importante observar a estratégia e o resultado dos gastos realizados pelo Governo no setor educacional, e como suporte tem-se o intuito de elaborar o trabalho usando variáveis com base na literatura analisada. A forma de obtenção de dados foi: junto do Ministério da Educação, Ministério das Finanças, Instituto Nacional de Estatística e o Banco Central de STP.

Para analisar a relação entre as variáveis Capital Humano e IDE usam-se modelos de regressão próprios para séries temporais. A fundamentação das variáveis é realizada com base na literatura analisada pois pretende-se verificar se o investimento em Educação tem impactos na captação de IDE em STP.

Como se tem o intuito de **avaliar a evolução de determinadas variáveis**, será pertinente analisar as variáveis de interesse e envolver os conceitos de estatística descritiva e regressão para melhor analisar a questão de investigação. Antes da estimação dos modelos, analisar-se-á a estacionaridade das séries. Com base nos resultados do teste à estacionaridade, irão **estimar-se modelos de regressão** usando o método de estimação dos mínimos quadrados.

1.4. Estrutura do Trabalho

O presente trabalho tem o intuito de fazer uma análise sobre o investimento no setor educacional e se o impacto deste investimento tem traduzido melhorias estruturais e económicas por intermédio do IDE. Neste âmbito, três tópicos serão importantes na pesquisa, sendo analisados nos capítulos 2 a 4. O segundo capítulo tem como intuito analisar o investimento na educação articulando o mesmo com o nível de literacia usando a Teoria do Capital Humano (TCH) como suporte. O terceiro capítulo tem como ponto central descrever os conceitos de Capital Humano e IDE. O quarto capítulo aborda o enquadramento do investimento em Educação e do IDE em STP expondo a sua evolução e a estratégia governamental para melhoria do CH e do IDE.

O quinto capítulo aborda o processo metodológico inerente ao estudo com base na literatura analisada, expondo relações entre as variáveis, aonde o enfoque do estudo será a análise da relação entre Capital Humano e IDE usando séries temporais, testes de estacionaridade e testes de hipóteses como suporte para se estimar e validar o modelo de regressão.

Por último, o sexto capítulo pretende compilar os argumentos teóricos da TCH e do IDE com os modelos econométricos para melhor compreender e analisar o que ocorre na sociedade São-Tomense. Nesta seção, pretende-se apresentar os dados e os resultados por intermédio de modelos estatísticos e econométricos.

1.5. Relevância e importância do estudo

A relevância da pesquisa a nível histórico e prático deve-se ao facto de apesar do tema ser debatido nos meios de comunicação santomenses, o trabalho será pioneiro podendo contribuir para pesquisas e questionamentos futuros visto que apesar de 90% população ser alfabetizada somente 10 % dos alunos que terminam o ensino secundário têm acesso a faculdade.

A dificuldade dos alunos em ingressar numa faculdade prende-se a três motivos. O primeiro deve-se ao facto do Estado ter como prioridade alfabetizar a população e não a especialização. O segundo aspeto está relacionado com o custo da faculdade versus salário mínimo nacional, inviabilizando os pais em poder arcar com o custo de propina ou envio dos seus filhos às faculdades. O terceiro motivo ocorre pela inauguração tardia das três universidades existentes no país (tendo em média 10 anos de existência).

Considera-se que este estudo contribui para o conhecimento sendo pioneiro em duas vertentes. A primeira questão prende-se ao facto de não ter havido qualquer trabalho sobre a relação entre o investimento realizado pelo Estado via Capital Humano e o retorno do mesmo em prol do desenvolvimento do país via IDE.

A segunda vertente é a análise da questão em termos metodológicos usando modelos estatísticos e econométricos, baseados em dados temporais. Pretende-se utilizar e explorar modelos de regressão com variáveis dependentes e variáveis independentes.

A preocupação com o desenvolvimento de STP constitui a base e o contributo para resolução da questão com o intuito de sonhar com dias melhores, podendo a dissertação servir de ferramenta de ajuda para o Governo e demais Instituições para alinhamento de estratégias futuras, almejando o desenvolvimento do país pelo intermédio do IDE e da Teoria do Capital Humano (TCH).

Com o problema definido e a contribuição social clarificada apercebe-se que a motivação por detrás do trabalho é enorme para levar-se adiante a investigação, não só pelo carácter inovador, mas também pelo desejo (pessoal) em poder contribuir academicamente na análise da questão, com o intuito de propor soluções para colmatar os entraves do (meu) país.

2. TEORIA DO CAPITAL HUMANO (TCH)

2.1 Conceito e evolução teórica

A fundamentação teórica para este trabalho de investigação assenta em grande parte na contribuição de Schultz (1973) e na elaboração inicial de Gary Becker (1964), retomada pelo próprio Schultz, onde se encontram raízes contemporâneas da Teoria do Capital Humano¹. Esta formulação tem como ponto central a alocação da atividade educacional como componente da produção, que deve merecer atenção especial dos planejadores de políticas educacionais, traduzida em intencionalidade, análise rigorosa das taxas de retorno e investigação da produtividade alcançada com os investimentos.

A valorização que a teoria faz sobre a escola é no intuito de que o aumento do nível literário tem correlação positiva com a melhoria das condições de vida e bem-estar social. Portanto, se a possibilidade de ascensão social está baseada no mérito individual, a educação é um instrumento que viabiliza mudanças de padrões na sociedade e atua como motor do desenvolvimento humano.

A Teoria do Capital Humano (TCH) segundo Frigotto (1993) aborda que o investimento no ser humano via educação contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, em função de um aumento de renda via qualificação, integrando-se com maior êxito no mercado de trabalho e melhorando as condições sociais e intelectuais pelo trabalho multifacetário.

O ser humano deve aperfeiçoar-se constantemente para não ser ultrapassado no mercado de trabalho, levando ao aumento de produtividade e capacitação, fazendo com que o indivíduo se beneficie com aumento salarial. Ou seja, o nível de salário está vinculado às habilidades e conhecimento do trabalho por parte das pessoas.

¹ Tanto Gary Becker como Theodore Schultz foram agraciados com o Prêmio Nobel de Economia (1992 e 1979, respectivamente). As referências essenciais são: Becker, G. "Human Capital". Columbia University Press, 1975, originalmente publicado pelo National Bureau of Economic Research, em 1964; Schultz, T. "Capital Formation by Education". *Journal of Political Economy*. Vol. 68 (6). 1960; "Investment in Human Capital", *American Economic Review*, Vol. 51 (1), 1961; "The Economic Value of Education". Columbia University Press. NY. 1963; "Investment in Human Capital: The Role of Education and of Research". Free Press. NY. 1971.

Os pressupostos levam a crer que, quanto maior for a proporção da população com literacia maior será a probabilidade de gerar novas ideias, melhorando a situação social como um todo, uma vez que maior nível de instrução, diminui a probabilidade de se estar desempregado.

A expressão "formação de capital humano", diz respeito ao "processo de formação e incremento do número de pessoas que possuem as habilidades, a educação e a experiência indispensáveis para o desenvolvimento político e económico de um país. A criação de capital humano se assimila desse modo, a uma inversão em benefício do homem e de seu desenvolvimento como um recurso criador e produtivo. Inclui a inversão por parte da sociedade na educação, a inversão por parte dos empregadores no adestramento e a inversão de tempo e dinheiro por parte dos indivíduos para seu próprio desenvolvimento. Tais inversões possuem elementos qualitativos e quantitativos, isto é, a formação de capital humano implica não apenas gastos de educação e adestramento em sentido estrito, mas também o cultivo de atitudes favoráveis à atividade produtiva". (HARBISON, 1974, p. 153)

Segundo Crawford (1994), o capital humano é o ponto central na transformação global, sendo incisivo na mensuração, análise e qualificação das pessoas. De acordo com Amorim (2008), a importância dada ao capital humano ocorre quando os agentes económicos se apercebem que a economia não cresce somente com terra e capital. Nesta vertente pressupõe-se a necessidade da participação do homem, com conhecimento técnico e literacia para realizar as atividades.

Intui-se que o capital humano tem correlação positiva com geração de novas ideias, aumento de renda e melhoria social. Porém, apercebe-se que o capital humano pode ter efeitos negativos quanto à taxa de natalidade segundo Andrade (2010) porque quanto maior o grau de instrução e educação dos pais menor o número de filhos dos mesmos. Ou seja, pressupõe-se que o aumento de literacia a longo prazo, influencia a taxa de natalidade e diminui a força de trabalho do país.

A TCH, por um lado, não visualiza alguns fatores como; inteligência individual (valor intrínseco), características inatas (como as que permitem a Usain Bolt ou Michael Phelps salientarem-se no desporto), “status” social (fruto de maior educação), e não

consegue estimar contabilisticamente o conhecimento conforme Brás (2007) que serve de diferencial para obter-se melhor resultado, produtividade e remuneração. Por outro lado, só é válida levando em conta aspetos palpáveis e esclarecedores recorrendo ao estudo e análise de géneros, taxa de escolarização, comparação de processos adquiridos e não genéticos.

2.2 Importância do Estado no Capital Humano

A importância do Estado para o Capital Humano (CH) é significativa. Isto porque o Governo é o órgão intermediário que deve estimular e criar mecanismos políticos para o desenvolvimento estrutural, ideológico, económico, científico e social de um país. O mesmo recorre à educação como meio para atingir os seus propósitos, sendo uma fonte coesa para transferir capital humano à sociedade, originando melhorias sociais e promoção do ensino de qualidade e usando receitas fiscais para melhoria educacional. Toffler (1990) corrobora essa afirmação, proclamando que o conhecimento é a fonte de poder da mais alta qualidade e a chave para a futura mudança de poder.

O conhecimento leva a superqualificação, segundo o qual "o efeito da confiança popular nas virtudes da educação, das políticas oficiais de igualdade de oportunidades e de luta entre os grupos de `status' através das credenciais outorgadas pelo sistema escolar, leva as pessoas a receberem mais educação, em média, do que a realmente necessária no seu emprego." (ENGUITA, 1991, p. 250)

Na economia, segundo Drucker (1994), o conhecimento não é apenas mais um recurso, ao lado dos tradicionais fatores de produção, trabalho, capital e terra, mas sim o único recurso significativo cabendo ao governo ofertar o mesmo.

O governo deve ser o órgão catalisador e promotor da equidade e igualdade de oportunidades para todas as classes sociais mediante programas de ensino, podendo em alguns casos privilegiar socialmente as famílias mais desfavorecidas em detrimento da melhoria e igualdade de oportunidade.

Cabe ao governo potenciar o Capital Humano Geral, ou seja, ensinamentos básicos, possibilitando que a sociedade possa ler, escrever e ter conhecimento geral e intelectual para que o cidadão se integre de modo efetivo no mercado de trabalho, evitando o desemprego após conclusão académica ou profissional. Contudo, não se verifica esta situação pela mudança estrutural capitalista, fazendo com que as escolas privadas ocupem espaço académico de escolas públicas.

Uma vez que o Estado oferece apenas Capital Humano Geral (CHG), cabe às empresas potenciar ou o aluno aprender e captar o Capital Humano Específico (CHE), para que o mesmo tenha maior probabilidade de empregabilidade, visto que a estrutura capitalista prioriza os trabalhadores multifuncionais e a mão-de-obra especializada.

O CHG (alfabetização, ensino básico, operações básicas de matemática) concede bases para se poder entender e tirar maior proveito do CHE (especialização, reciclagem) mas, esse tipo de capital é imprescindível para se competir no mercado de trabalho, e o nível de renda (familiar ou pessoal) influencia a absorção do mesmo.

Gentili (2005) fundamenta que o CHG via ensino abre espaço institucional para melhoria da integração económica da sociedade, formando o contingente que se incorporaria gradualmente ao mercado aumentando o nível de emprego. O processo de investir na educação é um elemento fundamental na formação do capital humano ofertado pelo Estado para evitar disparidade de renda e permitir melhorias sociais para a economia como um todo.

Pelo facto do governo intuir que há correlação positiva entre o investimento na educação para obtenção de emprego e aumento da produtividade, o Estado tem interesse em implementar públicas educacionais para melhoria social tais como:

- ✓ Disponibilizar linhas de crédito em parceria com bancos e instituições financeiras com juros baixos permitindo que os estudantes de baixa renda possam financiar-se, melhorando o grau intelectual, académico e social.
- ✓ Criação de programas sociais de integração e melhoria socioeconómica para que a família possa solucionar dificuldades essenciais para o desenvolvimento e

desempenho académico do ser humano como acesso à alimentação, água, luz e saneamento, fazendo com que a mãe tenha mais tempo e dedique aos filhos.

- ✓ O governo também potencia aos alunos acesso a: moradias estudantis, desconto na compra de livros, refeitório escolar, acesso livre à internet, criação de cartão jovem no quadro de programas sociais e académicos para que os estudantes tenham melhor aprendizado e resultados após a formação.

A presença do Estado é importante para que haja equilíbrio da balança social² e a ausência do mesmo causa impasse intelectual.

O investimento do governo na educação e o retorno social nem sempre ocorre como esperado porque há casos em que o Estado investe na formação, mas não tem o retorno desejado.

Imaginemos o seguinte: Países pobres que apresentam *deficit* na balança comercial e elevada dívida externa investem na formação universitária para melhorar o capital humano da população, para que o país tenha crescimento económico e melhorias sociais. Após a formação o aluno opta por emigrar. Esta situação contribui para melhoria do capital humano de outra sociedade que em nada participou na formação do aluno e o país de origem não terá retorno visto que não houve melhoria social e crescimento económico.

Observamos a importância do Estado em prol da melhoria social, económica e financeira. E sabe-se que o mesmo não ocorre no setor privado que tem como filosofia aumento da produtividade e rentabilidade recusando-se a imaginar situações de prejuízo ou investimento duvidoso. De acordo com Gentili (2005) o Estado serve de molde social fornecendo CHG e qualificação formal tendo de confiar na população para que haja prosperidade social, enquanto o capitalista apropria-se do CHG ofertado pelo Estado para aumento de produção e lucro. Ou seja, o Estado é crucial para desenvolvimento sustentável da sociedade.

² O equilíbrio da balança social ocorre pelo intermédio de políticas públicas amplas que têm efeito no crescimento, na redução das desigualdades e, por sua vez, estas últimas potencializariam o desenvolvimento, permitindo contornar o clássico conflito entre equidade e eficiência.

3. INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO (IDE)

3.1 Conceito e evolução teórica

Segundo United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD, 2007) o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) é geralmente definido como um investimento efetuado por uma entidade não residente no país de destino, havendo uma relação de longo prazo, controlo de ativos e influência sobre a gestão do investimento.

Brewer (1993) classifica o IDE em quatro projetos. O primeiro, “*Market-Seeking projects*”, é o tipo de investimento que procura atender o mercado interno dos países receptores do IDE. Este tipo de investimento tem o intuito direto de substituição de importação. Mas, em geral, este projeto permite criar comércio, quando as novas subsidiárias instaladas utilizam produtos intermediários do país de origem do investimento no seu processo de produção (Rugman & Verbeke 2002).

O segundo, denomina-se “*Efficiency-Seeking projects*”, e refere-se a investimentos orientados para a busca de menores custos de produção. Ou seja, busca-se, neste tipo de IDE, a racionalização da produção numa cadeia internacional de modo a aproveitar economias de escala, criando comércio ao nível de firmas. Este projeto de IDE é direcionado tanto para o mercado doméstico como internacional.

O terceiro projecto, “*Resource-Seeking projects*”, requer ter-se acesso a matéria-prima e mão-de-obra com custos relativamente baixos. Neste caso, o IDE é, geralmente, associado ao desenvolvimento de atividades de exportação de produtos intensivos nos recursos disponíveis nos países receptores.

Por fim, os projetos denominados “*Asset-Seeking projects*” referem-se a casos em que os ativos estratégicos das empresas estrangeiras são obtidos através da instalação de novas plantas fabris, fusões, aquisição ou operações de *joint ventures*. O objetivo é garantir a realização de sinergias com o conjunto de ativos estratégicos já existentes através de uma estrutura de propriedade comum para atuar em mercados regionais ou globais.

Lee e Houde (2000) não classificam o IDE em projetos, mas sim em mais-valias, aonde, a força de trabalho de uma população bem-educada e treinada representa uma das seis mais-valias³ para atração do IDE. Mecinger (2003) aborda o IDE noutra perspectiva, onde o mesmo enfatiza o peso das multinacionais no comércio externo para que o IDE seja visto como fator de crescimento e solução económica de países em desenvolvimento.

Quando os fluxos de capital estrangeiro são alocados eficientemente via IDE, ocorre de acordo com Saggi (2002) e Hermes & Lensik (2003) a transferência de know-how e tecnologia que permite modernizar as empresas locais, aumentando a competitividade e produtividade das mesmas. A alocação eficiente dos meios financeiros faz com que haja maior concorrência e dinâmica na economia levando as empresas a inovar e pesquisar para não serem ultrapassadas pelas demais. Ou seja, o IDE é importante para melhorar o stock de conhecimento e acumulação de capital no país receptor, aumentando a competitividade, produtividade e modernização das empresas locais.

As entidades (empresas ou multinacionais) não residentes no país de destino realizam o IDE não porque querem (apenas) ajudar o país, mas sim porque as empresas ou multinacionais vêem benefícios no mesmo. Benefícios, que podem advir por haver melhor preço da mão-de-obra especializada ou por existir na concepção de Mudambi & Navarra (2002) ambiente institucional favorável ou conforme Asheghian (2004) por haver estabilidade política ou posição geográfica privilegiada.

Estas particularidades fazem com que a entidade invista no país receptor de IDE obtendo vantagem comparativa na área de atuação, podendo de acordo com Blomström & Kokko (1998) aumentar a exportação de produtos de empresas locais (com a marca) contribuindo (de modo positivo) para melhoria da balança comercial,⁴ e do PIB do país

³ Segundo Maher (2001) e Lee & Houde (2000) todos os recursos naturais e humanos incluindo o custo e produtividade do trabalhador representam uma das seis características importantes para atração de IDE. As outras (cinco) são: melhorias da infra-estrutura e tecnologia; tamanho do mercado e o seu desenvolvimento; abertura a transações e ao mercado internacional; regulação e política coerente; promoção de investimentos.

⁴ Balança comercial é um termo económico que representa as importações e exportações de bens entre países em um determinado período de tempo. Quando se importa (compra de produtos outros países) mais do que se exporta

destinatário de IDE. Brás (2007) apresenta outro argumento acreditando que somente existe benefícios na atração de IDE quando se trata de investimentos ao nível industrial (sector secundário) aonde, a capacidade de manuseamento industrial tem relação com a habilidade dos funcionários.

Com os estudos de Soto (2000) conclui-se que o IDE contribui positivamente para o crescimento por intermédio de acumulação de capital e transferência de tecnologia. Porém, Nair-Reicheit & Weinhold (2001) pressupõem que existe heterogeneidade entre o investimento (externo ou doméstico) e o crescimento do PIB e que a eficácia do IDE é fortemente influenciada pelo grau de abertura do país.

Conclui-se que existe divergência de opiniões entre autores face aos propósitos para atração, promoção ou captação do IDE, e também há desarmonia se é o IDE que influencia o crescimento económico ou o inverso. Constata-se que o dilema é contínuo, e apercebe-se que o investimento também pode ter efeitos negativos para a economia do país receptor porque segundo Vissak & Roolah (2005) as empresas nacionais ficam dependentes das tecnologias trazidas pelas multinacionais e perdem interesse na própria produção.

Outra consequência negativa para o país receptor de IDE de acordo com Sylwester (2005) é que o capital intelectual de excelência migra para as multinacionais devido às condições de serviço e melhoria salarial dificultando a competitividade das empresas locais. Autores como Zhang (2001) e Ram & Zhang (2002) frisam que o elevado poderio financeiro e a agressividade das multinacionais asfixiam as empresas locais causando diminuição da concorrência. Por outro lado, Lim (2001) e Carkovic & Levine (2002) frisam que a necessidade sistemática de financiamento das multinacionais provoca aumento dos custos de crédito. Ou seja, elevados custos com o crédito, dificultam o acesso do mesmo às empresas vulneráveis a nível local, fazendo com que haja perda de competitividade e encerramento a médio prazo de empresas vulneráveis/pequenas.

(venda de produtos para outros países) a balança comercial é negativa ou desfavorável (deficit) e quando o oposto se sucede dizemos que a balança comercial é favorável (superavit). A balança favorável representa vantagens porque atrai moeda estrangeira e gera empregos para o país exportador.

3.2 Importância do Estado para o IDE

O Estado é a entidade que tem a responsabilidade de atrair, promover, monitorar e fiscalizar o IDE. Porém, há situações em que o Estado pode desestimular o IDE.

Em situações, aonde existe corrupção ao nível do Estado haverá desincentivo por parte das empresas e aumento dos custos de instalação, porque as empresas que se pretendem instalar terão de pagar subornos (Gray & Kaufman, 1998; Svensson, 2005; Al-Sadig, 2009) aos decisores políticos, usando recursos destinados ao investimento de forma menos produtiva (Shleifer & Vishny, 1993). A situação é tão complexa, que é impossível as empresas se defenderem em tribunal, devido ao secretismo em causa (Boycko, Shleifer, & Vishny, 1995).

Mas, por norma, o Estado tem a responsabilidade de atrair e promover o IDE, pelo facto do mesmo ser o órgão intermediário no alinhamento de estratégias e políticas públicas, cujo objetivo passa por melhorar o ambiente de negócio, organizando workshops, legislando o mercado, concedendo incentivos fiscais e facilidades para obter vistos para que os empresários fiquem aliciados e convictos de que investir no país não constitui perda de tempo, mas sim uma oportunidade de negócio.

Segundo Basi (1963), a qualidade das instituições públicas e as políticas do Estado influenciam na captação do IDE aonde o tipo de mercado e a estabilidade política persuadem a decisão de investimento externo. A captação do IDE pelo intermédio do Estado representa uma solução viável para melhoria do sistema económico e financeiro do país, indo do *mercado de trabalho* (aumento do número de pessoas empregadas) passando pela *balança comercial* (aumento da exportação) e terminando no *sistema financeiro* (maior circulação da moeda nacional e estrangeira) do seguinte modo:

- ✓ A atração de IDE proporciona a fixação de novas empresas, aumentando a oportunidade de contratação de mão-de-obra qualificada e não qualificada que se encontrava desempregada ou em trabalhos precários e melhorando a situação do trabalhador no *mercado de trabalho*.

- ✓ O aumento da competitividade no comércio internacional via tecnologia permite à empresa inovar e exportar o produto em que tem vantagem comparativa, proporcionando melhorias na *balança comercial* do país receptor de IDE.
- ✓ A multinacional ao fixar-se no país via IDE é importante para o *sistema financeiro* porque o capital investido permitirá ampliar o volume de capital estrangeiro disponível no mercado, aumentando a circulação de moeda e o fluxo de transações financeiras na economia.

Após atração ou captação do IDE, é importante haver a presença do Estado para monitorar, legislar e garantir que a empresa respeite e cumpra os pressupostos acordados em alguns aspetos:

1- De acordo com Schultz (1973) e Brás (2007), a nova organização produtiva exige que seja feito investimento com valor económico aos funcionários para melhoria da produção, tornando o conhecimento em ativo importante para que o trabalhador exerça inúmeras funções (operando, dando manutenção, tendo autonomia de parar e rever o processo de montagem), sendo portanto multifuncional.

"Os trabalhadores transformaram-se em capitalistas, não pela difusão da propriedade das ações da empresa (...), mas pela aquisição de conhecimentos e de capacidades que possuem valor económico"
(SCHULTZ, 1973, p.35)

Ou seja, é necessário que o governo monitore o investimento feito com valor económico aos funcionários, com intuito de melhorar a competitividade das empresas no comércio internacional, podendo deste modo aumentar a exportação e contribuir de forma positiva para a balança comercial do país receptor de IDE.

2- O governo deve servir de entidade reguladora, que tem a incumbência de proteger os direitos dos trabalhadores, garantindo que não haja mão-de-obra infantil e

exploração dos funcionários quanto a remuneração em função da categoria e controlando aspetos como o saneamento do meio, carteira de trabalho, plano de saúde, etc. Ou seja, o governo garante condições de trabalho justas e dignas aos funcionários e atua como entidade promotora dos direitos humanos.

3- No que diz respeito ao consumidor é necessário a presença do Estado para garantir que os direitos dos consumidores não sejam violados. Por isso, o governo por intermédio de entidades competentes (inspeção económica, direção dos cuidados de saúde, controlo alfandegário, aduaneiro e fito-sanitário) tem a responsabilidade de monitorar e controlar a qualidade, validade e certificação do produto, com o intuito de proteger o consumidor e garantir o bem-estar social, independentemente do setor de atuação da empresa.

3.3 Fenómenos vinculados à definição de salários (CH e IDE)

A determinação de salários pelo intermédio da educação e do investimento externo deve-se ao modo como o capitista prioriza o sistema de produtividade e a procura pelo trabalho polivalente, mudando a forma de empregabilidade e rendibilidade.

Atualmente, a educação é o pilar para que hajam ganhos sociais, prosperidade e melhoria de vida onde se levam em conta diversos fatores como anos de estudo, conjuntura familiar, inércia social, acumulação de experiência, técnicas e habilidades. Estas perspicácias têm maior expressão quando as empresas atraídas pelo capital estrangeiro participam no processo de formação e especialização (CHE) do cidadão para que o mesmo tenha um futuro próspero, oriundo de ganhos produtivos para os capitalistas ou empresas e melhoria salarial para o trabalhador.

O ser humano por si só procura melhores condições de vida, integrando-se para evitar a exclusão num sistema aonde só o mais forte tem possibilidades de triunfar, exigindo constante reciclagem para que o trabalhador não fique obsoleto e fora da escala produtiva, social e trabalhista.

O CH pelo intermédio das escolas e universidades deveria ser visto como uma ferramenta para gerar ideias, rentabilidade e melhoria social mas há incerteza quanto ao processo de ensino para aumento de produtividade e melhoria salarial. No entanto, restrições e desempregos sucessivos por falta de capacitação são frequentes:

- ✓ As escolas filtram e catalogam as pessoas, validando alguns critérios como inteligência, disciplina e persistência. Os que têm são filtrados e encontram emprego, outros, por não terem estes critérios têm dificuldade no mercado de trabalho ficando deprimidas ou frustradas.
- ✓ O ensino geral por si só, não prepara de modo adequado as pessoas para os desafios do sistema capitalista, fazendo com que as mesmas tenham de obter mais conhecimento como a especialização para se firmarem no mercado de trabalho e não fiquem desempregadas (Simon, 1999).
- ✓ Para Ramos & Azeredo (1995), a discriminação racial inibe o igualitarismo social e oportunidade de emprego entre indígenas, pretos e brancos, mesmo que tenham a mesma capacidade e pré-requisitos exigidos para o trabalho proposto.

Segundo Brás (2007) é complicado mensurar o valor do CH (educação) contabilisticamente para melhoria salarial. Percebe-se, que o investimento na educação tem maior impacto nos adolescentes do que em pessoas à beira da terceira idade, mas precisar ou quantificar o valor do impacto a nível contabilístico é complexo. Por outro lado, Barros & Mendonça (2000) alegam que o impacto de um ano extra na escolaridade (literacia) em média na população deve aumentar a taxa de crescimento anual da renda *per capita* em 0,35 % ou seja, eles acreditam que o valor do CH pode ser mensurado.

Quanto ao IDE, a captação do investimento por intermédio de multinacionais (fusões e aquisições) torna pertinente analisar o mercado de trabalho, porque de um lado o sistema capitalista procura retirar do trabalhador o controle do seu processo de trabalho (melhorando tecnologias sistematicamente) e por outro, busca maior

qualificação e uso do trabalhador especializado ou multifacetário com intuito de aumentar a produtividade e rendibilidade.

Senge (1990) frisa que são poucos os casos em que as multinacionais conseguem administrar as fronteiras organizacionais em diferentes países e manter inter-relações entre os aspetos globais e locais com igualdade de crescimento percentual entre produtividade (da empresa) e o salário (do trabalhador).

O trabalho humano possui o estatuto de mercadoria (para as empresas) e já que o homem é aquele que realiza a ação, transforma-se em objeto que possui um valor de troca ou numa ferramenta de manipulação do conhecimento a favor do capital (Faria, 2009). Ou seja, constata-se que o aumento de produtividade da empresa, renega o benefício social e a externalidade positiva que o CH traz à sociedade não havendo correlação entre o salário e a produtividade.

Segundo Lisa Lynch & Peter Cappelli (Stewart, 1998) o aumento de 10 % em média do nível educacional (aumento educacional do conhecimento específico ou técnico) dos efetivos aumentará os ganhos de produtividade em 8,6%, e o aumento de 10% do valor do equipamento, aumentará a produtividade em apenas 3,4%. Ou seja, o ganho de produtividade com o investimento em capital humano para a multinacional é cerca de três vezes maior do que o investimento em maquinaria.

A interdependência entre produtividade e salário existe, mas, a proporção é desajustada, aonde, o valor que a empresa recebe quando se verifica aumento de produção não tem correspondência com o salário do trabalhador. A situação agrava-se se o mesmo estiver à beira da terceira idade ou se a inflação estiver desajustada em relação ao salário real⁵ e ao Índice de Preço do consumidor (IPC).

A reciclagem e a especialização geralmente influenciam o salário em função da idade e tendem a ter maior retorno em pessoas em idade ativa do que em pessoas à beira da terceira idade. O fator idade cataloga atualmente a escala salarial porque a pessoa jovem tem mais tempo para investir em si (capital específico) do que alguém de terceira

⁵ O salário real é o valor do poder de compra de bens e serviços com a moeda recebida. Se o IPC e a inflação apresentarem valores inferiores ao salário nominal significa que o poder de compra (bens e serviços) do consumidor melhorou e o mesmo terá melhores condições de vida. O oposto ocorre se o IPC e a inflação apresentarem valores superiores ao salário nominal.

idade, sendo mais atrativo e rentável o investimento num jovem do que num idoso para a empresa. Contudo, é complexo mensurar esta atratividade e rentabilidade.

O IDE deveria ser visto como forma de alcançar a competitividade, inovação e rentabilidade das empresas, mas há incertezas no processo de especialização para aumento de produtividade e melhoria salarial:

- ✓ Em primeiro lugar, no que toca ao incremento de especialização para aumento de produtividade constata-se que o processo é complexo, porque o investimento só é garantido se o trabalhador tiver laços com a empresa e não rescinda o vínculo com a mesma.
- ✓ A especialização tem limite de idade para que haja melhoria salarial. Ou seja, só haverá melhoria salarial se o investimento em especialização for efetuado num jovem e não em alguém a beira da terceira idade.
- ✓ A especialização concedida ao trabalhador faz com que o homem trabalhe a velocidade do maquinário e não seja remunerado para tal. Mas, ocorrem casos em que a melhoria salarial via especialização não recompensa os problemas de saúde a longo prazo, revelando ser um aumento salarial fictício uma vez que os danos físicos revelam-se superior ao salário recebido.

Verifica-se que a entrada de IDE eleva o valor da tabela salarial para o trabalhador especializado ou multifuncional porque as empresas multinacionais por proporcionarem melhores condições de trabalho, captam este género de mão-de-obra, elevando o valor da remuneração ao trabalhador multifuncional ou especializado (Sylwester 2005). Porém, segundo Barlach & Malvezzi (2008), mesmo havendo aumento salarial, o peso do salário não encontra similaridade com ganhos de produtividade, ficando as empresas em vantagem e o trabalhador com menor salário do que deveria.

3.4 Limitações das teorias (CH e IDE)

A TCH possui algumas limitações visto que o modelo não consegue ser explicativo sobre questões relacionadas com o valor contabilístico do capital humano e a exploração do trabalho pelo capital:

- ✓ Segundo Hermanson (1964), a teoria não consegue quantificar ou contabilizar o valor da remuneração justa que se deve pagar pelo capital intangível (know-how) que serve de diferencial para obter-se melhor emprego e remuneração.

A alternativa que se propõe para contornar a situação seria criar uma tabela salarial a nível mundial contendo parâmetros como; inflação, valor da moeda, ranking da faculdade, média do aluno e experiência de trabalho entre outros indicadores para ser viável estimar, quanto se ganhará por se obter maior capital humano ou literacia.

- ✓ A TCH não é concisa, uma vez que essa forma de capital humano também é um mecanismo de exploração do trabalho pelo capital. Assim, os detentores do capital “físico” e “financeiro” utilizariam esse outro tipo de capital “humano” como mais uma alternativa de exploração da mão-de-obra trabalhadora, fazendo com que o capital humano seja somente uma ferramenta de manipulação do conhecimento a favor do capital (Faria, 2009).

A alternativa que se propõe para evitar a questão seria legislar severamente o mercado e tabelar as horas de trabalho de modo a que o peso do salário recebido pelo trabalhador (fruto de maior capital humano) encontre similaridade com a rendibilidade da empresa (fruto de maior produtividade).

O IDE suscita dúvidas sobre questões relacionadas com a tecnologia e o repatriamento dos lucros ocorrendo efeitos negativos para o país receptor do investimento:

- ✓ As empresas nacionais ficam dependentes das tecnologias trazidas pelas multinacionais e perdem interesse na própria produção segundo Vissak & Roolah (2005). Levanta a seguinte questão: Em que medida a atração do IDE é

uma boa estratégia para desenvolvimento do país uma vez que não estimula a produção local?

A alternativa que se propõe para contornar a situação seria durante o processo de atração de IDE o governo incentivar empresas locais que atuam no mesmo setor de produção e conceder-lhes incentivos financeiros para que não haja perda de interesse na própria produção.

- ✓ De acordo com Ozturk (2007) o repatriamento dos lucros das subsidiárias provoca saída de fundos do país, podendo, no longo prazo, esse impacto ser superior ao investimento inicial e para Mencinger (2003) a necessidade das multinacionais em obter matérias-primas de qualidade/quantidade aumenta as importações tendo impacto negativo para a balança comercial (BC) do país receptor de IDE.

A alternativa que se propõe para contornar a situação seria estipular o valor de repatriamento dos lucros para que não houvesse retração na circulação monetária do país. No que tange a matérias-primas, o governo deveria incentivar a produção das mesmas a nível interno (no país) para que não haja aumento de importação e desequilíbrio na balança comercial.

4. ENQUADRAMENTO DO INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO E DE IDE EM STP

4.1 Investimento na educação em STP (evolução)

O investimento na educação em STP é um processo complexo, datado de alguma historicidade, no que tange ao período anterior à independência, aonde, poucos eram os nativos⁶ que tinham meios financeiros (material escolar, roupa e meios de transporte) para investir na educação de seus filhos, optando por enviar os mesmos para as *escolas de mato*⁷.

Pós independência, foi prioritário o Estado investir na educação e na cidadania para construção de sujeitos políticos, em um paradoxal processo de inserção social, para construção de autonomia ativa, capacidade de intervir nos negócios e aumento do capital intelectual dos São-Tomenses.

O Estado intui que a concentração de literacia (muita formação superior, especialização e poucos analfabetos) tem correlação positiva com o perfil distributivo de renda, e melhoria de condições de vida. Por outro lado, baixa concentração de literacia (muitos analfabetos e poucos indivíduos com formação superior) aumenta a desigualdade de renda e desnível social. Esta análise foi importante para que o governo investisse na educação para melhorar a situação socioeconómica da população.

O investimento na educação em STP teve algumas etapas. A primeira ocorre no período pós independência (1975) onde o primeiro governo estabeleceu convénio com outros países (comunistas e socialistas) para formação e capacitação dos estudantes com

⁶ Nome que designa as pessoas que habitavam em STP antes do regime Português ter-se instalado. A classe minoritária (burguesia) era ínfima e tinha disponibilidade financeira, acesso a escola, e em alguns casos tinham escravos e terras ou trabalhavam para o regime. A classe maioritária era composta por pessoas sem literacia e posses financeiras.

⁷ Eram escolas que não faziam avaliações, mas ofertavam reforço de capacitação aos alunos. Alguns pais recorriam a este tipo de escola para reforço de capacitação dos seus filhos e outros porque não tinham condições financeiras e optavam por enviar seus filhos para que os mesmos aprendessem a ler e escrever.

o intuito de melhorar o CH nacional, porque internamente não havia quadros suficientes e qualificados para trabalhar na administração pública.

Na altura, devido a mentalidade retrógrada, os encarregados de educação optavam por incentivar os meninos a frequentar as escolas, alegando que o homem deveria ter literacia e a mulher dedicar-se aos trabalhos domésticos para que ela não fosse *plegida*⁸.

A situação relegou a mulher para segundo plano no que diz respeito a igualdade de género, acesso ao conhecimento, disponibilidade de renda, participação da vida política e funções administrativas de relevo. Segundo o Plano Nacional de Ação da Educação para Todos (PNA_EPT, 2012), pelo facto de 50,67% da população ser analfabeta em 1975, o governo teve de fazer campanhas de sensibilização e incentivou a sociedade civil a participar em programas de alfabetização para inserção social de ambos os sexos.

Por intuir-se que o aumento do nível académico tem correlação positiva com crescimento da renda, pressupõe-se que o nível de renda do homem em STP, é superior ao da mulher perante a diferença de literacia e qualificações entre os géneros, tornando-o centro das questões políticas, sociais e financeiras.

Em 1986 iniciou-se a reforma curricular no país, com apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e do Banco Mundial, e verificou-se que havia necessidade de produzir um normativo para o sistema educativo. Nesta óptica, em 1988 criou-se a Lei de Bases do Sistema Educativo (Dec. Lei nº 53/88) PNA (2012).

Por haver alguns quadros nacionais disponíveis com formação superior para lecionar, foi possível refletir-se sobre a abertura do ensino superior (no país). Nesta vertente, criou-se em 1996 (pelo Decreto n.º 88/96 do Ministério da Educação) o Instituto Superior de Formação de S. Tomé e Príncipe (ISP/STP) e em 1994 surge no setor privado o Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática (IUCAI).

⁸ Expressão usada para as mulheres que não têm habilidade para cuidar do lar e realizar condignamente trabalhos domésticos. Quando a expressão é usada significa que a mãe não educou ou ensinou devidamente a filha para que a mesma soubesse bordar, fazer o azeite (extraído da palmeira), lavar, engomar (com ferro de carvão), confeccionar culinária tradicional (Calulu, Blablá ou Izaquente), etc.

Após êxito quanto à inserção social da mulher de 1975 a 2000, a segunda etapa do investimento na educação ocorre de 2001 a 2011 aonde o Estado aumentou o valor destinado ao Ministério da Educação no Orçamento Geral do Estado (OGE)⁹ para que o setor estivesse no centro das prioridades do país, de acordo com os dados do PNA (2012) e do relatório do Exame nacional 2015 da Educação para Todos. Com esta medida, o ensino básico tornou-se gratuito, houve maior robustez no investimento escolar quanto à formação e capacitação dos professores, ampliou-se a cobertura escolar (infra-estruturas) e houve maior disponibilidade para financiar bolsas¹⁰ de estudo, conforme o relatório do Exame nacional 2015 da Educação para Todos (EPT, 2014).

De acordo ao Relatório do Estado do Sistema Educativo (RESEN, 2013), a estratégia política do governo permitiu alcançar a universalidade escolar em 2011, fazendo com que houvesse aumento de 96,8% no ensino pré-escolar, 31% no ensino básico, 35,7% no ensino secundário (geral), 37,4 % no ensino secundário (profissional qualificante) e 111,3 % no ensino técnico e formação profissional. No entanto, os resultados poderiam ser melhores, mas três fatores contribuíram para que tal não acontecesse:

- 1- O fenómeno “*Out of school*” aborda limites, no ensino inclusivo. O problema ocorre por haver fraca escolarização no ensino pré-escolar¹¹ e a entrada tardia¹² no sistema educativo. A situação influencia a idade limite para frequentar o ensino primário, em relação à idade teórica estipulada pelo governo. Leal (2015)

⁹ Conforme EPT (2014), entre 2002 a 2010 o valor destinado a educação no OGE passou de 65,9 a 319,1 bilhões de dólares (preços constantes). A educação posicionou-se no centro das prioridades do governo e, segundo Assembleia Nacional (2016), o valor destinado ao Ministério da Educação (ME) entre 2011 a 2016 representa em média 12% do total do OGE.

¹⁰ Em 2010, o investimento em bolsas de estudo (ensino superior) representava 46,8% do total das despesas correntes da educação (EPT, 2014).

¹¹ Conforme o 5º Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS 5), 42.1% das crianças em idade de frequentar o ensino pré-escolar não foram escolarizadas em 2014 (INE, 2016).

¹² 18,7% das crianças com 6 anos integram o sistema educativo com um ano de atraso (SITAN, 2015).

constata outro dilema, perante o limite (máximo) de duas repetências no ensino secundário faz com que o aluno seja expulso do sistema educacional¹³.

- 2- Conforme Análise da Situação das Crianças e Mulheres de STP (SITAN, 2015) a paridade de género tende a reduzir-se somente no ensino secundário entre os 16 e 17 anos, devido a problemas de união/casamento¹⁴ e gravidez precoce¹⁵.
- 3- Segundo dados do IV Recenseamento Geral da População (IV RGPH: INE-STP, 2012), não há mecanismos e estruturas escolares que acolham crianças com necessidades especiais (auditiva, visual, motora ou mental)¹⁶ em STP.

A terceira fase do investimento inicia-se em 2012 com as recomendações da Carta da política educativa para STP visão 2022 (2012-2022) onde o Estado pretende tornar o ensino pré-escolar gratuito, aumentar o percentual de adultos alfabetizados (utilizando o modelo designado de Alfabetização Solidária), investir no ensino (inexistente) para portadores de Necessidades Educativas Especiais (NEE) e melhorar a supervisão metodológica nas escolas.

Quanto ao ensino secundário pretende-se implementar o projeto “Escola em Rede”, usando a Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) em parceria com a Companhia Santomense de Telecomunicações (CST). Também se ambiciona desenvolver atividades extra curriculares como componente social, estimulando o ensino da história nacional e da língua tradicional como ferramenta de identidade cultural. Quanto a Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR), pretende-se aumentar o número

¹³ 9117 crianças com a idade compreendida entre 3 a 17 anos não frequentaram o sistema educacional em 2012 (SITAN, 2015).

¹⁴ 78% das crianças em união/casamento precoce em STP são raparigas (INE, 2016).

¹⁵ O sistema educativo dirige as raparigas grávidas para o ensino noturno aonde 85,7% das mesmas acabam por abandonar os estudos. A situação causa ausência de literacia, aumenta a desigualdade social e dificulta o acesso das raparigas ao mercado de trabalho (INE, 2012). O sistema escolar retira as raparigas grávidas do ensino “evitando dar mau exemplo” às outras. A medida foi implementada em 2006, e funciona como instrumento de regulamento disciplinar proibindo a presença de raparigas grávidas com mais de três meses no ensino diurno (SITAN, 2015).

¹⁶ De acordo com o recenseamento das crianças com necessidades especiais (MECC e UNICEF, 2015), constatou-se que em STP há 709 crianças de 0 a 11 anos que têm necessidades especiais de diferente tipo e grau, mas não têm acesso ao ensino porque não há estruturas escolares que as acolha.

de campanhas educativas nas escolas para reduzir o índice de gravidez precoce e do VIH.

Conclui-se que o investimento na educação tem sido importante para promover a igualdade de género, gratuidade no ensino pré-escolar e básico, aumento no ensino técnico profissional e financiamento de bolsas de estudo.

4.2 Estratégia e objetivo do Ministério da Educação

Segundo EPT (2014), a Estratégia do Ministério da Educação (ME) para melhoria do CH em STP passa por melhorar o ensino superior e universalizar os três níveis educativos (pré-escolar, básico e secundário), adotando medidas sugeridas na Carta da política educativa e no Programa Acelerar a Educação 2015-2018 (PADE).

A estratégia passa por implementar as recomendações que constam na Carta da política educativa e no PADE concernente a gestão escolar, sistema de avaliação, desempenho educativo, envolvimento dos pais na vida escolar, profissionalização do docente e melhoria de infra-estruturas para que haja um ambiente escolar propício e estimulante ao aprendizado em função da disponibilidade das fontes de financiamento¹⁷.

O objetivo das fontes de financiamento é fazer com que se tenha êxito quanto às metas propostas na elaboração dos programas para promoção e inserção dos São-Tomenses na vida social, política e económica. O propósito da estratégia é atingir algumas metas até 2022 no que toca ao ensino pré-escolar, básico, secundário (geral e profissional qualificante) e superior tais como:

- 1- O objetivo no ensino pré-escolar, passa por proporcionar a todas as crianças (3-5 anos), incluindo as com NEE, acesso (ao ensino pré-escolar) gratuito, de boa qualidade, e que o terminem aos 6 anos de idade.

¹⁷ A fonte de financiamento interna é proveniente do OGE e os financiamentos externos têm duas proveniências. A primeira é oriunda dos compromissos sociais das empresas petrolíferas. A segunda advém de países, instituições ou entidades internacionais tais como: Taiwan, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), Implementação Acelerada da Educação para Todos, Banco Mundial, UNICEF e FNUAP que ajudam o país.

Quadro nº1 - Indicadores do ensino pré-escolar

Ensino pré-escolar	Situação em 2012	Metas fixadas para 2022
Taxa líquida de escolarização (3-5 anos)	54%	80%
Taxa de admissão de crianças com NEE	0%	50%
% de infra-estruturas adaptadas para as crianças com NEE	0%	25%
% de educadores especializados em NEE	0%	50%
% de gestores formados	0%	100%
Nº de jardins existentes	80	(+) 20
Rácio aluno/ educador	69,7	20

Fonte: EPT

Apesar da universalidade de acesso ao ensino básico ser praticamente uma realidade (94,5%) o objetivo passa por garantir a gratuidade escolar às crianças (incluindo aquelas com NEE), para que se aumente a taxa de admissão.

Quadro nº2 - Indicadores do ensino básico

Indicadores do ensino básico	Situação em 2012	Metas fixadas para 2022
Taxa líquida de escolarização (1ª a 6ª)	94.9%	100%
Taxa de admissão de crianças com NEE	0%	65%
% de infra-estruturas adaptadas para as crianças com NEE	0%	20%
% de professores formados nas áreas curriculares	42,5%	100%
taxa de admissão ao 7ª ano	86%	100%
Nº de salas existentes	494	(+) 180
Rácio aluno/sala de aula	79	30

Fonte: EPT

- 2- O ensino secundário depara-se com problemas porque dos 86% dos jovens que se inscrevem na 7ª classe, apenas 15,2% resiste até ao final do secundário. Por isso, a prioridade passa por melhorar a qualidade e eficiência do corpo docente introduzindo novas técnicas de ensino com o intuito de inverter o panorama.

Quadro nº3 - Indicadores do ensino secundário

Indicadores do ensino secundário	Situação em 2012	Metas fixadas para 2022
Taxa de sobrevivência (7 ^a a 12 ^a)	15%	60%
Taxa de repetência	20%	5%
Taxa de abandono escolar	24%	5%
% de professores formados e efetivos	40%	80%
% dos estudantes do secundário na via profissionalizante	5%	15%
% de escolas com acesso as TIC	8%	100%
Nº de professores formados nas TIC	1%	50%
% de alunos com informação sobre a SSR	15%	100%
Nº de escolas existentes	12	(+) 5
Nº de línguas (tradicionais) introduzidas e ensinadas	(0)	1 (Fôro)
Nº de concursos culturais realizados nas escolas	0%	100%

Fonte: ME-STP

- 3- Quanto ao ensino superior, o ME fixou metas para 2022, onde pretende diminuir os custos com o financiamento de bolsas de estudo no estrangeiro. Por isso, deseja-se melhorar infra-estruturas e ampliar a oferta de cursos técnicos, remodelar e equipar as salas de aula com intuito de colmatar a produtividade marginal decrescente na administração pública e a escassez de mão-de-obra especializada no setor privado.

Quadro nº 4 - Indicadores do ensino superior

Indicadores do ensino superior	Situação em 2012	Metas fixadas para 2022
Taxa de admissão de jovens com mais de 20 anos no ensino superior	10%	50%
Taxa de transição secundário superior	50%	85%
% de pessoas com licenciatura absorvidas pelo mercado de trabalho	80%	100%
Taxa de conclusão do ensino superior	50%	85%
Total de mestres formados no país	50	200

Fonte: ME-STP

4.3 O desenvolvimento do CH e o mercado de trabalho em STP

O desenvolvimento do CH inicia-se quando se consegue obter igualdade de género numa fase inicial. De seguida, a importância dada à educação a nível social induz o governo a aumentar o valor do OGE destinado ao ME para investir em metodologia de ensino, infra-estruturas e bolsas de estudo. A terceira fase do desenvolvimento do CH nacional ocorre com a universalização e inclusão dos NEE no ensino até 2022.

Os dados da Carta da política educativa demonstram que a gratuidade nos ensinos pré-escolar e básico é uma realidade em STP e, conforme EPT (2014), quase metade das despesas correntes da educação são canalizadas para investimento em bolsas de estudo que são distribuídas de forma desigual¹⁸.

Por haver gratuidade escolar e investimento em bolsas de estudo, acredita-se que a médio prazo a população terá maior literacia e oportunidades no mercado de trabalho. Ou seja, obtendo maior concentração de CH, intui-se que haverá maior

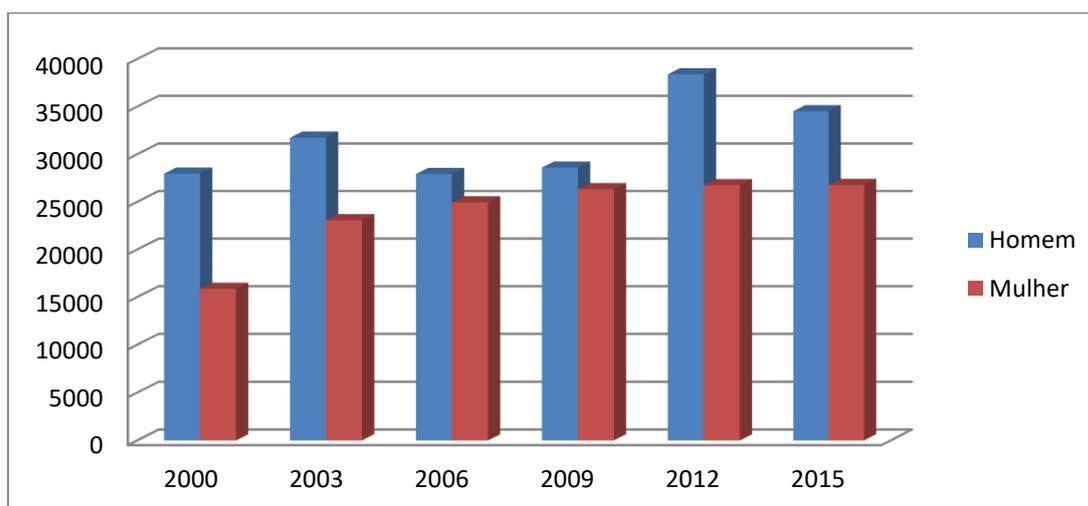
¹⁸ Segundo RESEN (2013), a população rica em 2010 foi beneficiada com 37% do total das bolsas de estudo e a população pobre foi beneficiada com 5% do total de bolsas de estudo.

empreendedorismo, fomento empresarial, promoção ou captação de IDE e oportunidades de emprego.

O gráfico nº1 ilustra a evolução da população ativa em STP aonde o género masculino tem maior expressão. A situação ocorre por motivos históricos aonde o homem tem mais incentivo a estudar em detrimento da mulher. Por isso, o mesmo tem maior literacia, mais oportunidades de trabalho e ocupa cargos de maior responsabilidade. No que toca a oscilações, as mesmas ocorrem porque os homens estão a migrar em busca de melhores condições de vida pois por terem maior literacia estão mais aptos a competir noutra mercado do que as mulheres e porque não têm aversão a novos desafios.

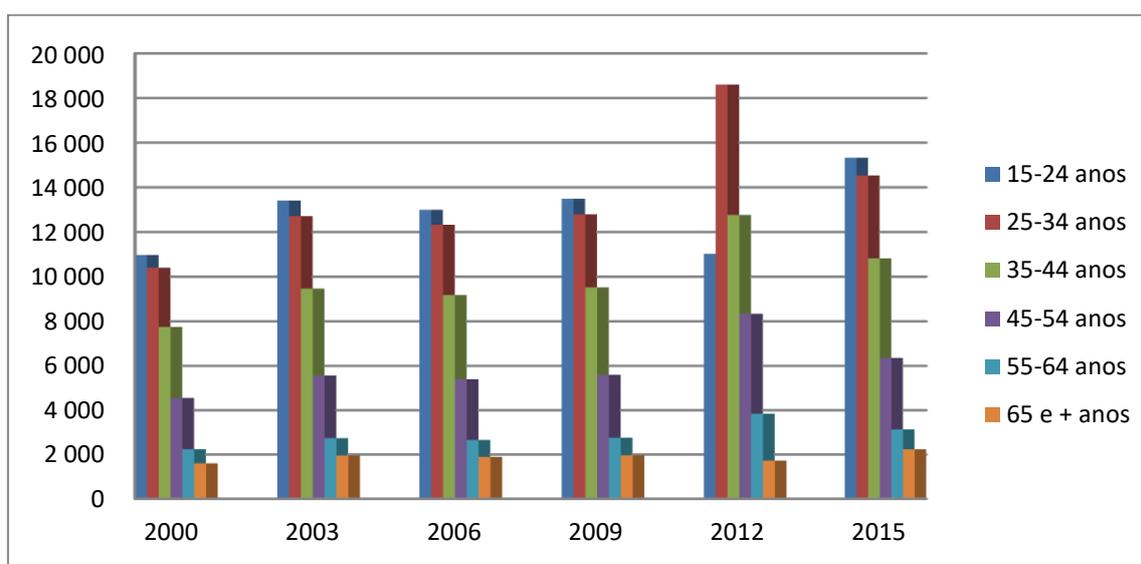
O gráfico concernente ao género feminino apresenta tendência crescente contínua. A situação ocorre pela mudança de mentalidade a nível social devido a políticas e campanhas para promoção e igualdade de género. Os indicadores apresentam um aumento de 66% em 15 anos para as mulheres no mercado de trabalho.

Gráfico nº1 - Evolução da população ativa



Fonte: INE-STP

Gráfico nº2 – População empregada



Fonte: INE-STP

O gráfico nº2 indica uma tendência crescente da população jovem de 2000 a 2012 e um decréscimo da mesma entre 2012 a 2015 por causa da crescente migração. A evolução da população empregada serve de indicador relativo ao desenvolvimento do CH e ao impacto no mercado de trabalho. Ou seja, o investimento em educação tem êxito, mas as oportunidades de emprego ocorrem principalmente devido à expansão do setor público, ficando aquém do expectável o desenvolvimento do setor privado e o crescimento do IDE no país.

O mercado de trabalho poderia apresentar melhor resultado, porém, reconhece-se que mesmo havendo investimento em CH e evolução no ensino técnico-profissional, este mercado ainda é confrontado com problemas de falta de mão-de-obra especializada. Segundo EPT (2014), STP carece de recursos humanos capacitados, com padrões aceitáveis de conhecimentos científicos e tecnológicos capazes de responder às exigências da economia. Para inverter o quadro deve-se fazer com que: **i)** a formação Técnico-Profissional conste nas prioridades nacionais para desenvolvimento; **ii)** deve instalar-se um sistema de ensino especializado com envolvimento do setor privado; **iii)** precisa-se de adequação formação/emprego; **iv)** necessita-se de concertação e coordenação intersectorial e, **v)** fomento do empreendedorismo por parte do governo. Intui-se que a implementação destas medidas a médio prazo permitirá melhorias no mercado de trabalho São-Tomense (EPT, 2014).

4.4 Evolução do IDE em STP

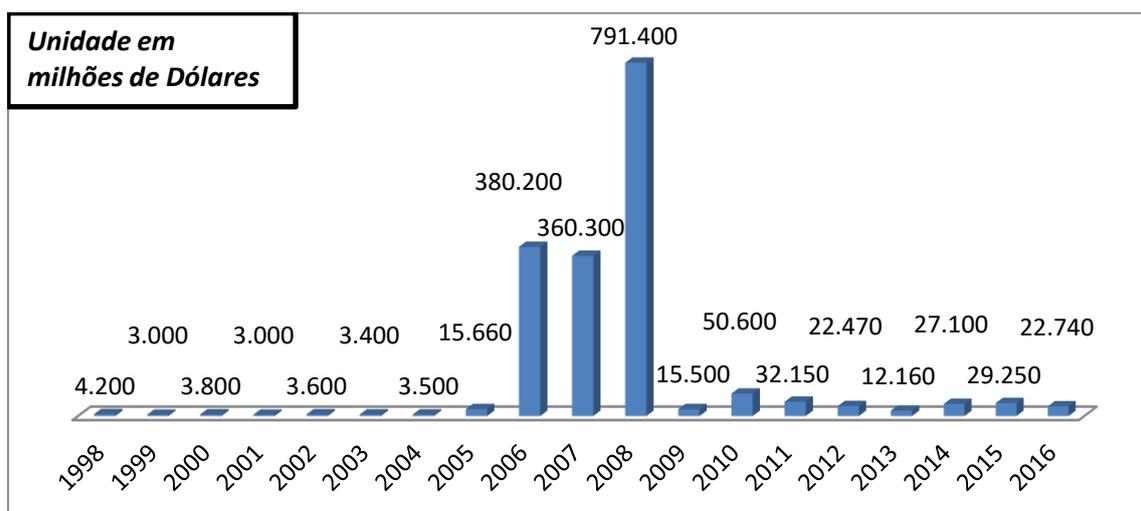
O investimento do IDE em STP é um processo complexo porque não houve transição do colonialismo à independência. A situação fez com que os investimentos realizados nas culturas do cacau, café e cana-de-açúcar pelos Portugueses fossem desperdiçados pelos nacionais pela inexperiência administrativa em manusear, dinamizar e orientar os trabalhadores nas colheitas agrícolas.

Em 1991 passou-se do regime Monopartidário (socialismo), para o Pluripartidário (capitalismo), tornando-se possível iniciar contatos com países capitalistas com o intuito de efetuar parcerias e trocas comerciais.

De acordo com dados do Banco Central de STP (BCSTP, 2017), os resultados pós multipartidarismo concernentes ao IDE começam a ser apercebidos em 1998. De acordo com o gráfico nº3 não houve muita atração do IDE de 1998 a 2004. A tendência crescente inicia-se em 2005, e entre 2006 e 2008 regista-se maior captação de IDE, fruto de investimentos hoteleiros realizados na região autónoma do Príncipe e dos bónus de assinatura concernente aos blocos petrolíferos. Nos anos seguintes, os valores diminuem de forma significativa, mas poderiam ser melhores nos últimos três anos visto que há estabilidade política¹⁹ em S.Tomé.

¹⁹ Pressupõe-se que a estabilidade política é um indicador que poderá influenciar na promoção ou captação do IDE. A relação esperada é positiva, na medida em que quanto maior for a estabilidade política maior será a probabilidade de atração de IDE.

Gráfico nº3 – Panorama do IDE



Fonte: BC-STP

Em 2000 com a probabilidade de haver petróleo em STP houve atração de IDE no que toca as empresas petrolíferas²⁰. De acordo com os dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP, 2017), não houve extração do petróleo porque as empresas estão em fase de pesquisa e exploração. Logo, os impactos concernentes ao IDE relativo ao petróleo são incipientes, sendo somente apercebidos no momento de assinatura dos contratos (bónus de assinatura) e nos programas sociais.

STP consta no Índice de liberdade económica²¹ (ILE) pela primeira vez em 2009, apesar do indicador ter surgido em 1995. O ILE avalia 179 países baseando em 10 itens²² e 5 escalas²³. Relativo ao ranking mundial e regional de STP, o país partiu da liberdade reprimida para maioritariamente não livre e demonstra tendência para a

²⁰ Em STP a ANP já celebrou 7 contratos com empresas petrolíferas.

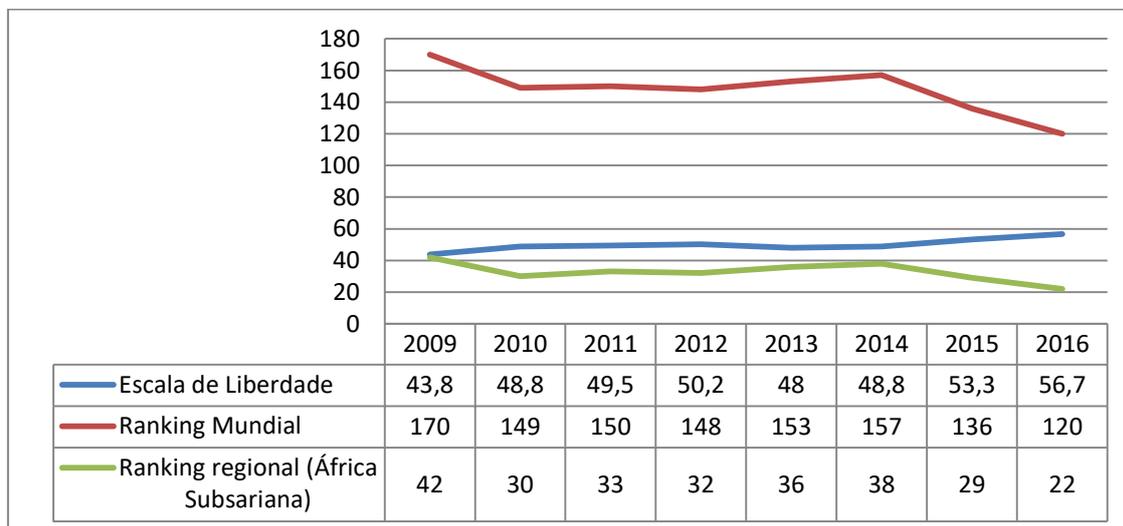
²¹ O ILE é um indicador que expressa o grau de liberdade económica dos países receptores de IDE. A relação esperada é, portanto, positiva: quanto maior o índice de liberdade económica, maior a atração de IDE.

²² Os 10 itens que constam no ILE são; 1-Liberdade de negócios; 2-Liberdade de transações; 3- Liberdade fiscal; 4- Gastos de governo; 5-Liberdade monetária; 6-Liberdade de investimento; 7-Liberdade financeira; 8-Direitos de propriedade; 9-Liberdade de corrupção; 10-Liberdade de trabalho.

²³ As 5 escalas de liberdade económica são: 80-100 (Tem liberdade) 70-79.9 (Maioritariamente livre) 60-69.9 (Liberdade moderada) 50-59.9 (Maioritariamente não livre) 0-49.9 (Liberdade reprimida).

liberdade moderada. Conclui-se que a evolução é positiva, aumentando a probabilidade de atração do IDE à medida que aumenta o ILE.

Gráfico 4 – Evolução do ILE



Fonte: The Heritage Foundation

Em 2010, o Gráfico nº3 apresenta tendência crescente quanto ao IDE, porque o país adoptou a paridade cambial com o Euro com o intuito de ampliar as trocas comerciais com os países da União Europeia. A medida foi importante porque a ausência de flutuação cambial e o controlo inflacionário permitiu ao investidor planejar e calcular o tempo de retorno do investimento com maior precisão.

Em 2011, implementa-se o sistema SYDONIA²⁴, para que os agentes alfandegários fiquem em rede, com o intuito de acelerar as transações alfandegárias e melhorar a eficiência e segurança relativas ao transporte de mercadorias. A medida visa eliminar a burocracia concernente aos procedimentos alfandegários e promover o IDE porque o investidor poderá exportar o produto em que tem vantagem comparativa com maior rapidez influenciando de modo positivo a balança comercial e o sistema financeiro do país.

²⁴ É um sistema automatizado de gestão de operações aduaneiras. A automação de dados alfandegários significa modernização dos serviços aduaneiros e aceleração da circulação de capital e produtos em STP.

Outro indicador que serve de barómetro para a evolução do IDE é a estabilidade política. A situação foi vivenciada em 2014 em S.Tomé aonde um partido obteve maioria na assembleia (constituindo governo) e ganhou as presidenciais em 2016. Perante os factos pressupõe-se que quanto maior for a estabilidade política maior será a probabilidade de atração de IDE visto que o país terá continuidade de estado e não haverá alterações das normas. Porém, não houve evolução significativa nos anos em questão segundo o Gráfico 3 concernente à captação ou promoção de IDE.

No entanto, os resultados relativos a evolução do IDE em STP poderiam ser melhores, mas dois fatores contribuíram para que tal não acontecesse.

- 1- O primeiro diz respeito a carência de quadros técnico-profissionais especializados. A situação desestimula o crescimento económico do país porque retrai o IDE quanto ao setor secundário (indústria ligeira e pesada).
- 2- O segundo fator deve-se às mudanças sucessivas de primeiro-ministro²⁵ no país. Conforme dados da Assembleia Nacional de S. Tomé e Príncipe (ANSTP, 2017) houve 17 primeiros-ministros do início do Pluripartidarismo (1991) até então (2017) condicionando a continuidade de Estado ou seja, a estabilidade política.

4.5 Estratégia e Incentivos ao IDE por parte do governo

A estratégia ao IDE por parte do Estado tem pressupostos da TCH aonde o governo intui que um maior nível literário (dos decisores políticos) aumenta a probabilidade de persuadir os potenciais investidores para atração do IDE. Para tal o Estado tem desencadeado ações externas e internas com o intuito de dinamizar a economia, o mercado de trabalho e o sistema financeiro.

Quanto ao panorama externo os decisores políticos têm apresentado projetos e tentado persuadir os potenciais investidores em work-shops internacionais para atração de IDE. O caso mais sonante ocorreu em Outubro de 2015 quando os decisores políticos

²⁵ Por haver divergência partidária é frequente haver mudança da figura de primeiro-ministro no país. O tempo de uma legislatura é de 48 meses (4 anos). Porém, o período mínimo de legislatura de um primeiro-ministro foi de 3 meses (Evaristo Carvalho) e máximo 32 meses (Guilherme Posser).

deslocaram-se a Londres para a primeira Conferência Internacional de Investidores e Parceiros denominada *STEP in LONDON* cujo objetivo passa por expor as oportunidades de negócio para atrair ou captar IDE em STP.

Nesta Conferência, o governo enaltece a estabilidade política como condição inequívoca para atração de IDE, porque o mesmo intui que quanto maior a estabilidade política maior a probabilidade de atração de IDE.

Neste âmbito, identificou-se potenciais áreas de investimento em conformidade com os programas relativos ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ao Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Também foi apresentado a Visão estratégica no Horizonte 2030²⁶ e os projetos estruturantes²⁷ no que toca a Parcerias-Pública-Privada aos potenciais investidores.

No que toca ao quadro interno têm-se realizado duas ações. A primeira, por intermédio de intercâmbios entre empresas, organizações e sociedade civil cujo intuito passa por trocar experiências e observar oportunidades de negócio em *work-shops*.

A segunda diz respeito à padronização do código de investimento e do código de benefícios fiscais para garantir os direitos do investidor e a promoção de IDE. Em 7 de Outubro de 1992 surge o primeiro código de investimento (CI) pelo Decreto-lei nº13/92 que contempla incentivos fiscais e em 31 de Dezembro de 1995 foi aprovado o regulamento para controlo do código de benefícios fiscais (CBF). Em 27 de Agosto cria-se pelo Decreto-lei nº7/2008 um novo CI e revoga-se o anterior.

Porém, o novo Decreto-lei não consagrava encorajamentos de natureza fiscal e não contemplava um CBF. Ou seja, havia um CI mas sem contemplar incentivos ou benefícios fiscais. Por isso, em 17 de Novembro de 2016 criou-se novo CI pelo Decreto-lei nº19/2016 e aprova-se novo CBF pelo Decreto-lei nº15/2016 (revogando o anterior) para que haja complementaridade entre os decretos. Pressupõe-se que a

²⁶ Alargamento e diversificação da base produtiva na economia, aumentar a capacidade produtiva da administração, melhorar a infra-estrutura de suporte ao crescimento (água, luz, estrada, porto e aeroporto), simplificar a legislação melhorando o ambiente de negócio, reduzir o desemprego e a pobreza.

²⁷ Os projetos envolvidos na PPP são: Porto de Águas Profundas (de custo estimado de 500 a 550 milhões de USD, para a primeira fase, dos quais 35% já estão garantidos contratualmente, cujo prazo de financiamento está fixado em 30 de Abril de 2016) e a extensão do aeroporto (aonde, as obras iniciariam no primeiro trimestre de 2016).

complementaridade seja eficaz porque protege e assegura o IDE de forma clara e eficaz de acordo com o capítulo III “Garantias”, artigos 14º, 15º, 16º e 17º.

De acordo com o artigo 6º do CI (Princípio da Promoção do Investimento) cabe ao governo promover políticas de investimento (privilegiando os tipos de investimento em função de setores ou zonas de desenvolvimento) garantindo deste modo os pressupostos estabelecidos no CBF²⁸ de acordo com os regimes de incentivos²⁹.

No entanto, mesmo havendo estabilidade política (2014), a realização da Conferência Internacional de Investidores e Parceiros (STEP in LONDON 2015) e as melhorias do CI e do CBF (2016) não tem havido atração suficiente de IDE.

Mas, na região autónoma do Príncipe pelo intermédio da estabilidade política (2006 a 2008) e do CI (2008) se atraiu IDE. Ou seja, captou-se IDE por haver estabilidade política e incentivos fiscais (desajustados porque o CI de 2008 não consagrava encorajamentos de natureza fiscal e não contemplava um CBF levando o Governo da região Autónoma do Príncipe a usar o código de 1992).

A questão é complexa pela diferença de resultados entre as ilhas levando a que se reflita sobre a estratégia política de S. Tomé.

²⁸ O CBF contempla benefícios excepcionais sobre o direito de importação, retenção na fonte, imposto de IRC, IRS, SISA, selo e sobre o consumo para os empreendimentos cujo valor exceda os 10 milhões de Dólares ou que estão localizados nas zonas especiais de desenvolvimento (ZED).

O CBF abrange isenção total para direitos de importação destinados ao lançamento de novas atividades, para taxa de SISA, para direitos de importação dos bens e serviços do setor primário que não são produzidos no país, para investimentos provenientes da conta poupança emigrante e para o desenvolvimento do setor da saúde e da educação.

O CBF inclui isenção parcial para; investimento feito no CH dos São-Tomenses, para alteração do pacto social nos primeiros 5 anos da empresa, para exportação e reexportação dos produtos do setor primário, para desenvolvimento do turismo rural ou ecológico, para os lucros tributados e reinvestidos.

²⁹ Os três regimes de incentivo são; 1º Regime simplificado - Destina-se aos projetos de investimento cujo valor está compreendido entre 50.000 e 249.999 mil euros. 2º Regime geral - Reserva-se aos projetos de investimento cujo valor está compreendido entre 250.000 e 4.999.999 milhões de euros. 3º Regime especial - Aplica-se aos projetos de investimento que seja igual ou superior a 5.000.000 milhões de euros.

5. METODOLOGIA

Este capítulo pretende ilustrar numa primeira fase os procedimentos e as dificuldades concernentes à recolha de dados em STP. Posteriormente, a unidade abordará de modo intuitivo a relação entre algumas variáveis. Por último, pretende-se ilustrar as implicações concernentes a estacionaridade, validação do modelo de regressão e construção das variáveis de interesse.

5.1 Forma de obtenção dos dados e limitações

O levantamento de dados é um passo preponderante relativo ao processo metodológico. Por isso, procurou-se obter dados por intermédio de referências bibliográficas, artigos, revistas, sites internacionais e livros para sustentar a dissertação.

Também se efetuou recolha de dados com ajuda de funcionários do BCSTP que trabalham no departamento de recolha, análise e divulgação de dados concernentes ao IDE do país.

No que toca a recolha de dados Institucionais, a mesma procedeu-se de duas formas. A primeira, estudando a documentação informatizada disponível nos sites, sem grande êxito porque a digitalização de dados no sector público é um processo incipiente em STP. O segundo procedimento ocorreu por intermédio de carta, dirigida ao Diretor da Instituição, para consultar documentos em formato papel com intuito de suprir a insuficiência de dados digitalizados.

Cabe frisar que as variáveis em estudo nesta dissertação são tipicamente de natureza institucional onde o período em observação é de 1997 a 2016.

Houve alguma dificuldade para obtenção de alguns dados/documentos Institucionais, por alguns motivos. Primeiramente, porque algumas Direções não mostraram disponibilidade suficiente para obtenção dos dados. Segundo, por haver elevada burocracia por parte do Ministério da Educação (que só disponibilizava dados depois de 4 meses alegando que aguardam orientações superiores). E o último motivo, não menos importante, por ter havido infiltração ou perda de documentos na transferência de um arquivo de uma Direção para outra.

5.2 IDE e variáveis explicativas do IDE

O principal objetivo desta dissertação é analisar a probabilidade do investimento na educação ter impactos positivos no que toca a atração ou captação de IDE em STP. Para além da influência do CH no IDE, consideram-se diversas outras variáveis potencialmente explicativas do IDE. De seguida, explicam-se como foram definidas todas as variáveis importantes para este estudo.

5.2.1 Taxa de crescimento do IDE

O modelo de regressão que será usado nesta dissertação terá como variável dependente a taxa de crescimento do *IDE a preços reais*. Considerou-se importante analisar esta variável a preços reais de forma a excluir o efeito inflação que poderia deturpar a comparação ao longo dos anos. Deste modo é incluída a informação referente à evolução de preços da economia, tendo por isso uma noção mais real do valor efetivo do IDE.

Neste sentido, foi criada a variável IDE a preços reais de 1997, obtida da seguinte forma:

$$IDE_{PR,t} = 100 * \frac{IDE}{IP}$$

onde:

$$IP_t = IP_{t-1} * \left(1 + I \frac{\text{inflação}}{100}\right)$$

e Índice de preços (IP)=100 em 1997.

Pelo facto da variável em causa ser não estacionária (ver o próximo capítulo) calculou-se a diferença dos logaritmos da mesma. Esta nova variável, entendida como a taxa de crescimento do IDE a preços reais, é estacionária e consistirá na variável dependente a estudar.

5.2.2 Taxa de crescimento do peso do investimento em educação

Esta variável pode influenciar o IDE na medida em que quanto maior for o peso do investimento no sector educacional, maior será a capacidade de gerar e formular novas ideias via CH.

Se o investimento em educação for bem-sucedido, os decisores políticos terão maior *know-how* para persuadir, negociar e apresentar projetos viáveis em *work-shops* internacionais aos potenciais investidores. Intui-se que a estratégia seja eficaz, e tem correlação positiva com o IDE por intermédio do peso do investimento em educação.

Segundo Amorim (2008), a importância dada a esta variável ocorre porque constata-se que a economia não cresce somente com os fatores terra e capital. É necessário haver homens, com conhecimento técnicos e literacia, para realizar as atividades e diminuir o custo de importação de quadros qualificados para as empresas que vão investir em países receptores de IDE.

Considerou-se assim que o peso (ou proporção) do investimento em educação (*Inves_Educ*) no PIB global da economia, poderia ser uma *proxy* adequada para CH em STP. Neste contexto, foi então construída a variável:

$$Peso\ InvesEduc = \frac{Inves_Educ}{PIB}$$

A variável em causa revelou também ser não estacionária numa primeira fase (ver o próximo capítulo), por isso, calculou-se a primeira diferença dos logaritmos, para se obter a taxa de crescimento do Investimento em Educação por parte do Estado em STP.

5.2.3 Taxa de crescimento do PIB

É um indicador cujo objetivo é quantificar o impacto da atividade e o crescimento económico de uma região ou território. Portanto, esta variável pode influenciar a atração de IDE na medida em que o seu crescimento reflete a evolução económica do país, sendo um instrumento de análise para decisão de investimento da empresa reconhecendo-se a possibilidade de endogeneidade entre as variáveis em causa.

Autores como Mathur & Singh (2011) também utilizaram esta variável nas suas investigações e o principal objetivo associado à escolha desta variável é saber o efeito que o PIB de um país tem sobre a captação de IDE.

Por motivos similares ao IDE, também esta variável foi calculada a preços reais e inserida no modelo como a diferença de logaritmos, representando assim uma taxa de crescimento.

5.2.4 Estabilidade política

Esta variável pode influenciar na promoção do IDE na medida em que quanto maior for a estabilidade política maior será a probabilidade de atração ou captação de IDE. É uma variável *dummy* que toma valor de um (1) se o país tiver continuidade de Estado, mantiver as normas sem grandes alterações e tiver capacidade para evitar crises e zero (0) pela incapacidade de evitar crises e se não houver continuidade de Estado.

De acordo com os dados concernente a STP (anexos 4 e 5), verifica-se por um lado que a variável toma valor de um (1) nos anos de 1997 a 2001, 2003 a 2004, 2007 e de 2009 a 2016 aonde existiu continuidade de Estado e as normas não sofreram alterações. Por outro lado, nos anos de 2002 (Evaristo de Carvalho e Gabriel Costa), 2005 (Damião Vaz d'Almeida), 2006 (Maria do Carmo), e 2008 (Patrice Trovoada) a variável toma valor de zero (0) porque os Primeiros-ministros citados, governaram menos de 10 meses, não havendo continuidade de Estado e constantes crises internas.

5.2.5 Contratos

Esta variável fotografa a evolução do IDE, aonde intui-se que o aumento do número de contratos entre as partes (empresa estrangeira e o Estado) indica maior investimento, e o inverso também. O propósito do acordo (Laubadère, 1985 & Moncada, 2012) é eliminar incertezas perante constrangimentos de caráter jurídico, econômico e fiscal. De acordo o período em análise (anexo 4), verifica-se que o número de contratos assinados em STP não é expressivo, levando a pressupor que os investidores não estão interessados em investir, ou a conjuntura (mundial) não é propícia ou o país não apresenta indicadores favoráveis para tal.

5.2.6 Fonte dos dados

A periodicidade dos dados é anual e o quadro n° 5 resume as fontes consultadas para obter a informação necessária à construção das variáveis utilizadas na dissertação:

Quadro n°5 - Descrição das variáveis do estudo

<i>Variável</i>	<i>Designação</i>	<i>Fonte</i>
IDE	Investimento Direto Estrangeiro	Banco Central (2016-Ago)
Inflação	Existe inflação quando verifica-se um aumento contínuo e generalizado dos preços. Se o oposto suceder, não a inflação.	Instituto Nacional de Estatísticas (2016-Ago)
Investimento em educação	Valor que o governo destina ao Ministério da Educação na elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE).	Assembleia Nacional e Ministério da Educação (2016-Dez)
PIB	Produto Interno Bruto	Banco Central (2016-Ago)
Estabilidade Política	Existe estabilidade política quando o país tem continuidade de Estado, o governo tem capacidade para evitar crises e consegue-se manter as normas sem grandes alterações.	Assembleia Nacional (Jan-2017)
Contratos	Acordo ou pacto de duas ou mais vontades, destinado a estabelecer uma regulamentação de interesses entre o investidor e o Estado.	Ministério das Finanças (Jan-2017)

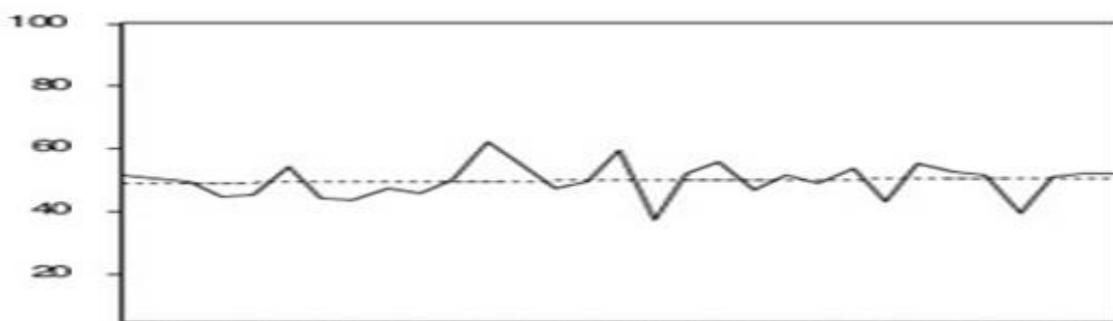
Fonte: Elaboração própria

5.3 Testes de estacionariedade

Variáveis estacionárias são aqueles que assumem que o processo está em "equilíbrio". Um processo é estacionário, de acordo com Ferreira (2016), no sentido estrito, se a sua distribuição de probabilidade for estável ao longo do tempo, ou no sentido lato, quando a média e a variância são constantes (homocedasticidade) e a covariância entre dois momentos depende apenas da distância entre os momentos.

Se todos os momentos conjuntos são invariantes a translações no tempo, o processo é fortemente estacionário. Como exemplo, pode-se observar no gráfico 5 que em processos estacionários a variabilidade aumenta e diminui com o tempo, mas, há uma tendência a acompanhar uma linha horizontal, ou seja, há indícios de média constante ao longo do tempo (estacionariedade).

Gráfico nº5 - Indícios de estacionariedade



Fonte: Elaboração Própria

Caso, a situação descrita acima não se verifique, estaremos perante um processo não estacionário. Quando uma série temporal apresenta média e variância dependentes do tempo, é porque ela não é estacionária. Isto acontece se há, por exemplo, tendência temporal de crescimento ou de decréscimo acentuada.

A não-estacionariedade implica que há inclinação nos dados, e eles não permanecem ao redor de uma linha horizontal ao longo do tempo, ou a variação dos dados não permanece essencialmente constante sobre o tempo, indicando que a variância se está alterando (Morretin & Tolo, 1987).

Veja-se, a título exemplificativo, o gráfico 6, onde parece existir tendência positiva e a variabilidade aumenta com o tempo (não estacionariedade).

Gráfico nº6 - Índícios de não estacionariedade



Fonte: Elaboração própria

Um modelo de regressão deve conter apenas séries estacionárias. Caso contrário, o modelo não será válido e será necessário aplicar a primeira diferença das variáveis para que o processo fortemente dependente (não estacionário) fique fracamente dependente (estacionário). Ou seja, ao valor de momento t se subtrai o valor de $t-1$ removendo a não estacionariedade (Ferreira, 2016).

Assim, é importante testar a estacionariedade das variáveis antes de as utilizar em modelos de regressão. No teste à estacionariedade de Dickey-Fuller (AD), as hipóteses em causa são:

H0: série tem uma raiz unitária

H1: série não tem raiz unitária

Se não se rejeita a hipótese nula, conclui-se que a série é não estacionária; caso contrário, a série será estacionária.

5.4 Modelo de Regressão Linear

O modelo de regressão linear, segundo Krajewski, Ritzman e Malhotra (2009), consiste numa variável intitulada dependente relacionar-se com uma ou mais variáveis independentes numa equação linear. A relação entre as variáveis é estimada através do método dos mínimos quadrados e a linha de regressão resultante minimiza os desvios quadrados das diferenças entre os dados reais e os estimados pelo modelo.

A equação genérica do modelo de regressão linear pode ser representada da seguinte forma:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_{1i} + \beta_2 X_{2i} + \dots + \beta_K X_{Ki} + \mu_i \quad (1.0)$$

“Y” refere-se a variável dependente, “x” a variável independente, os “β”s dão a relação entre as variáveis explicativas e a variável dependente e “μ” representa o termo erro, contendo os outros fatores explicativos de Y que não foram incluídos no modelo.

Para este estudo foram usados vários modelos de regressão lineares, onde foram tidos em conta diversos *lags* das variáveis para perceber qual o horizonte temporal de influência nas variáveis.

Por exemplo, após várias experiências com diversos *lags* para (ver o próximo capítulo) a taxa de crescimento do investimento em educação é a única variável explicativa, ou seja, foi aonde se encontrou significância estatística e foram estimados modelos do tipo:

$$Tx.cresc.IDE.preços.reais_t = \beta_0 + \beta_1 tx.cresc.INV.em.educação_{t-1} + \beta_2 tx.cresc.INV.em.educação_{t-2} + \beta_3 tx.cresc.INV.em.educação_{t-3} + \mu_i \quad (1.1)$$

Para a estimação dos modelos de regressão foi utilizado o *software* (estatístico) Stata.

5.5 Testes de hipóteses do modelo de regressão

O teste de hipóteses é um princípio usado para decidir se uma hipótese estatística³⁰ tem possibilidade em ser rejeitada ou não com base nos resultados de uma amostra. Segundo Gujarati (2011), o teste de significância é um procedimento em que os resultados amostrais são usados para verificar a fidelidade ou falsidade de uma hipótese nula (H_0). Acredita-se que com base no valor do teste estatístico se pode tomar a decisão de rejeitar ou não a H_0 .

Segundo Gujarati (2011), o teste de hipóteses deve ser visto como o primeiro estudo a ser realizado para verificar a validade do modelo de regressão.

Nesta ordem de ideias, o objetivo do procedimento é decidir se uma hipótese sobre determinada característica da população é ou não apoiada pela evidência obtida de dados amostrais.

Teste de hipóteses para a significância do modelo tem o intuito de analisar se existe relação ou não entre as variáveis dependentes e as independentes.

$$H_0 : \beta_1 = \beta_2 = \dots = \beta_p = 0$$

$$H_1 : \beta_k \neq 0 \text{ para algum } k$$

A estatística do teste tem a distribuição F com p e $(n-p-1)$ graus de liberdade, sob H_0 , onde p representa o número de variáveis explicativas. A rejeição da H_0 indicará existência de relação e o teste representa a primeira etapa para validar o modelo.

³⁰ A hipótese estatística é uma suposição quanto ao valor de um parâmetro populacional ou numa afirmação quanto à natureza do mesmo.

Teste de hipóteses para um parâmetro individual serve para que se teste a significância de cada parâmetro β_k ($k=1, \dots, p$) usando a estatística t Student com $(n-p-1)$ graus de liberdade, estimador b_k e respectivo desvio padrão $S(b_k)$ e de acordo com as hipóteses:

$$H_0 : \beta_k = 0$$

$$H_1 : \beta_k \neq 0$$

A estatística do teste é:

$$t^* = \frac{b_k}{S(b_k)}$$

Se $|t^*| \leq t_{(1-\alpha/2; n-p-1)}$ não se rejeita a H_0 , caso contrário, rejeita-se a H_0 (indicando que há contribuição significativa da variável independente X_k no modelo).

6. RESULTADOS

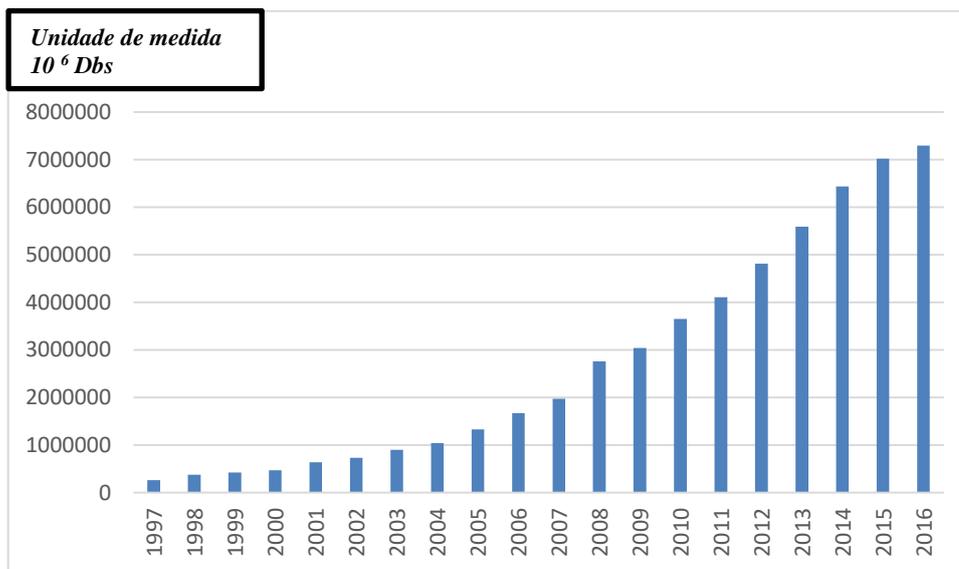
Neste capítulo são apresentados os principais resultados do estudo realizado no âmbito desta dissertação. Numa primeira fase é apresentada a estatística descritiva das variáveis trabalhadas. Depois, é feita uma análise à estacionaridade com as variáveis relevantes. Por último, apresentam-se os resultados do modelo proposto, assim como a respetiva interpretação e discussão.

6.1 Estatística descritiva das variáveis trabalhadas

A estatística descritiva permite resumir e compreender os dados de distribuição usando medidas de tendência central (moda, média, mediana e percentis), medidas de dispersão (variância e desvio padrão) e medidas de distribuição (normal, curtose e skewness). O objetivo para Milone (2004) consiste em apresentar informações sobre uma série de dados ou valores para que se tenha uma visão global sobre a variação dos mesmos por meio de tabelas estatísticas simples, claras, objetivas e auto-explicativas, gráficos ou medidas descritivas. Deste modo, trabalhou-se gráficos de evolução temporal e estatísticas descritivas.

O gráfico nº7 ilustra a evolução do PIB de STP, aonde a evolução do mesmo deve-se principalmente aos gastos do governo de modo direto pelo OGE ou de modo indireto por empréstimos em Instituições Financeiras ou por donativos.

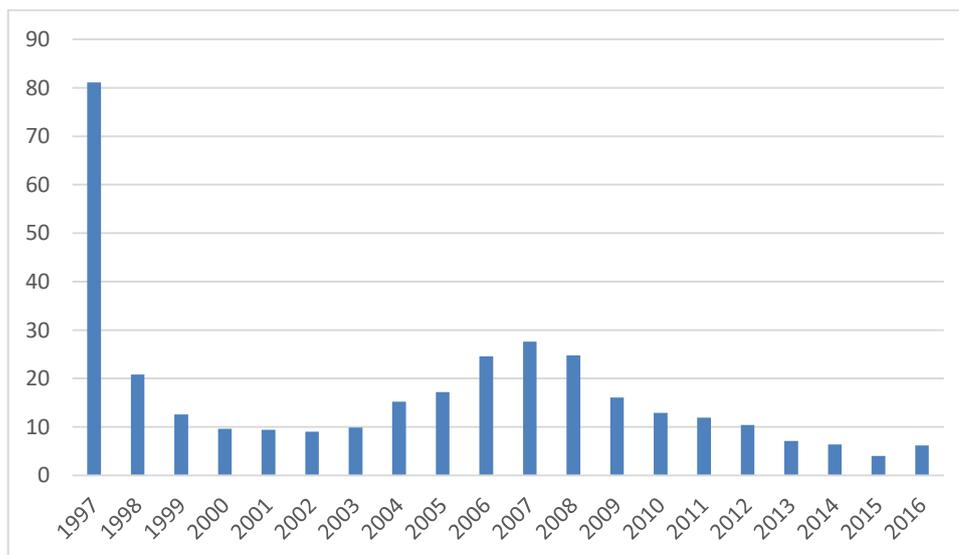
Gráfico nº7 – Evolução do PIB



Fonte: BC-STP

A inflação teve valores em torno dos 80% em 1997 e 30% em 2007. No entanto, a situação tende a melhorar por causa da Paridade Cambial com o Euro, aonde o valor inflacionário diminui gradualmente ao ponto de atualmente estar abaixo dos 10%.

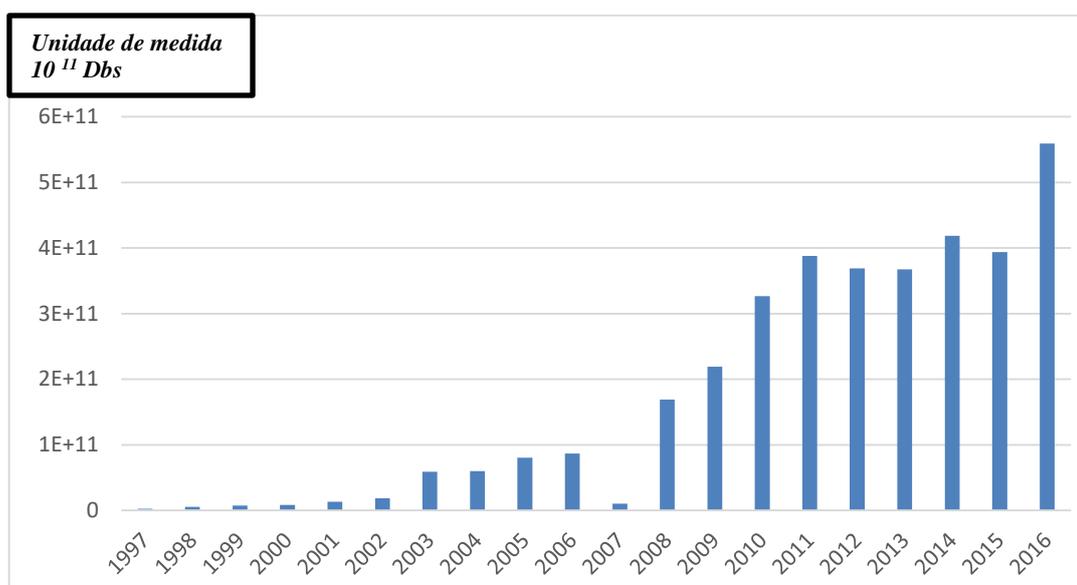
Gráfico nº8 – Evolução da Inflação



Fonte: INE-STP e BC-STP

O aumento do Investimento em educação na elaboração do OGE vem comprovar a importância dada ao setor pelos decisores políticos e justificar a promulgação de leis para aumento do salário para os licenciados.

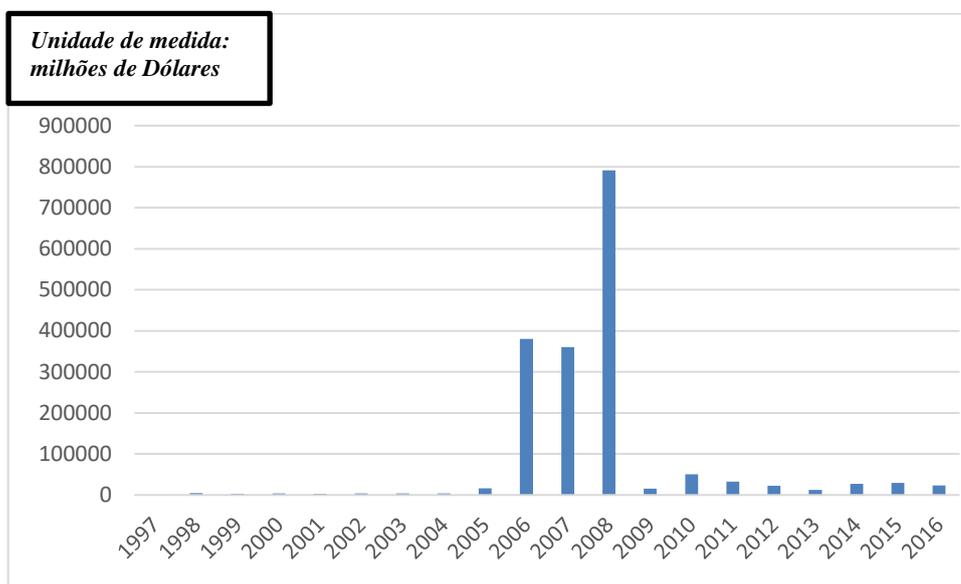
Gráfico nº9 – Evolução do Investimento na educação pelo OGE



Fonte: ANSTP

Como complemento desta análise, apresenta-se a evolução da valorização da educação no período em estudo. De 1997 a 2006 o valor pago para a mão-de-obra qualificada era irrisória. Mas o panorama inverte, aonde a remuneração para o técnico superior de 3ª classe aumenta significativamente. Ou seja, pressupõe-se que o aumento de literacia tem correlação positiva com a remuneração do funcionário público licenciado.

Gráfico nº11 – Evolução do IDE



Fonte: BC-STP

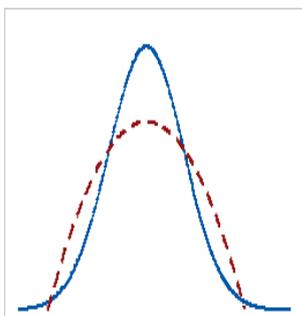
O quadro nº6 permite observar as medidas de tendência central, medidas de dispersão e de distribuição da estatística descritiva.

Quadro nº6 - Medidas da estatística descritiva

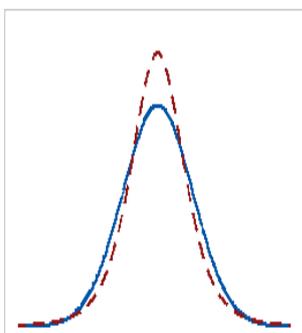
	<i>PIB</i>	<i>Inflação</i>	<i>InvEduc-oge</i>	<i>IDE (invest)</i>	<i>Contratos</i>	<i>est.politica</i>
Média	2727981,426	16,84	178066313440	89221,5	3,45	
Erro-padrão	534574,2082	3,694401	40884371777	44378,71981	0,56881687	
Mediana	1823819,5	12,25	83410512000	15580	3	
Desvio-padrão	2390688,537	16,52186	1,8284E+11	198467,6685	2,543826376	
Variância da amostra	5,71539E+12	272,972	3,34306E+22	39389415445	6,471052632	
Curtose	-0,807293053	13,08586	-1,091122821	8,393515104	2,784880291	
Assimetria	0,759538822	3,372757	0,639510905	2,865895844	1,482110508	
Intervalo	7034220,52	77,1	5,56368E+11	791000	10	1
Mínimo	264617	4	2655923000	400	1	0
Máximo	7298837,52	81,1	5,59024E+11	791400	11	1
Soma	54559628,52	336,8	3,56133E+12	1784430	69	16
Contagem	20	20	20	20	20	20

Fonte: elaboração própria

De acordo com o Quadro nº6 constata-se que o valor em média dos contratos assinados provenientes da atração de IDE são irrisórios e a inflação com dois dígitos certamente não terá favorecido a captação de investimento.



As variáveis PIB e InvEdu-OGE apresentam valores negativos quanto a curtose, indicando que a distribuição tem caudas (mais) leves e um pico (mais) achatado do que a distribuição normal.



As variáveis Inflação, IDE e Contratos apresentam valores positivos concernente a curtose indicando que a distribuição tem caudas pesadas. A linha contínua exibe a distribuição normal e a pontilhada mostra uma distribuição com valor de curtose positivo.

De acordo com o Quadro nº6 apura-se, que a assimetria é positiva (ou à direita), porque o valor de assimetria é maior que zero (0). No entanto, os dados PIB, InvEdu-OGE e Valorização da educação podem tornar-se simétricos, porque o valor de assimetria das mesmas aproxima-se de zero.

6.2 Testes à estacionaridade

O quadro abaixo ilustra os resultados dos testes de raízes unitárias (anexo 2) e constata-se que apenas a variável *Contrato* é estacionária, pois *p-value* <0,05 e, portanto, rejeita-se a hipótese de não estacionaridade, não sendo assim seria necessário comprovar a estacionaridade das primeiras diferenças.

No entanto, as variáveis *PIB a preços reais*, *IDE a preços reais* e *o Peso do Inv em educação* (em *lags*) inicialmente são não estacionárias e por isso calculou-se as primeiras diferenças para que as mesmas se tornassem estacionárias. Ou seja, depois do desfasamento, perdeu-se uma observação com intuito de remover as possíveis tendências lineares que existam para o resultado dos testes de raízes unitárias (Dickey-Fuller) indicar a estacionaridade das variáveis (e o processo fortemente dependente ficar fracamente dependente).

Quadro nº7 - Resultado dos testes de raízes unitárias (Dickey- Fuller)

Variáveis	Estatística DF	P-value	Critical values 1%	Critical values 5%	Critical values 10%	Nº. observações
Contratos t	-4,465	(0,0002)	-3.750	-3.000	-2.630	19
Log(PIB a preços reais t)	-1,900	(0,3319)	-3.750	-3.000	-2.630	19
Δ Log(PIB a preços reais t)	-5,806	(0,0000)	-3.750	-3.000	-2.630	18
Log(IDE a preços reais t)	-2,457	(0,1262)	-3.750	-3.000	-2.630	19
Δ Log(IDE a preços reais t)	-5,004	(0,0000)	-3.750	-3.000	-2.630	18
Log(Peso Inv em educação t)	-2,779	(0,0613)	-3.750	-3.000	-2.630	19
Δ Log(Peso Inv em educação t)	-6,038	(0,0000)	-3.750	-3.000	-2.630	18

Fonte: Elaboração própria

Conclui-se que após, obter os resultados dos testes de raízes unitárias o próximo passo é estimar os modelos de regressão (contendo todas as variáveis explicativas e estacionárias).

6.3 Modelos de regressão estimados

No que toca à regressão, consideraram-se 3 modelos. O primeiro modelo (quadro 8) contém todas as variáveis explicativas e estacionárias (*Taxa de Crescimento do Investimento em Educação, PIB a preços reais, Contratos e Estabilidade Política*) com 2 defasamentos e observa-se que apenas o 2º defasamento da *Taxa de Crescimento do Investimento em Educação* é significativo e nenhuma das outras variáveis é significativa.

Neste contexto, de acordo com os dados e resultados do primeiro modelo estimado, faz com que o segundo modelo (quadro 9) tenha apenas a *Taxa de Crescimento do Investimento em Educação* como variável explicativa, com 3 defasamentos. Como aqui o 2º defasamento é novamente o único a ser significativo, o terceiro modelo (quadro 9) tem apenas esta variável explicativa. Ou seja, verificou-se que apenas a *Taxa de Crescimento do Investimento em Educação*, nomeadamente o seu segundo defasamento, é relevante para explicar a taxa de crescimento do IDE.

Assim, torna-se pertinente interpretar os resultados e intuir de que maneira a *Taxa de Crescimento do Investimento em Educação* influencia ou promove o IDE.

Quadro nº8 - Resultado do Modelo 1

Variáveis	Modelo 1
$\Delta\text{Log}(\text{Peso Inv Educ}_{t-1})$ P> t	-0,8154 (0,098)
$\Delta\text{Log}(\text{Peso Inv Educ}_{t-2})$ P> t	1,2347 (0,022)
Contratos $t-1$ P> t	-0,6899 (0,516)
Contratos $t-2$ P> t	0,9543 (0,480)
$\Delta\text{Log}(\text{PIB a Preços Reais}_{t-1})$ P> t	3,0419 (0,612)
$\Delta\text{Log}(\text{PIB a Preços Reais}_{t-2})$ P> t	-2,6764 (0,577)
Estabilidade Política $t-1$ P> t	-1,1880 (0,107)
Estabilidade Política $t-2$ P> t	-0,5878 (0,343)
Constante P> t	-0,1487 (0,825)
F-Statistic Prob > F	2,80 (0,0836)
R2	0,4732

Fonte: Elaboração própria

Quadro nº9 - Resultado dos Modelos 2 e 3

Variáveis	Modelo 2	Modelo 3
$\Delta\text{Log}(\text{Peso Inv Educ}_{t-1})$ P> t	-0,5540 (0,120)	
$\Delta\text{Log}(\text{Peso Inv Educ}_{t-2})$ P> t	0,8972 (0,028)	0,9883 (0,007)
$\Delta\text{Log}(\text{Peso Inv Educ}_{t-3})$ P> t	0,3155 (0,360)	
Constante P> t	-0,0950 (0,735)	-0,1133 (0,682)
F-Statistic Prob > F	5,17 (0,0159)	9,94 (0,0066)
R2	0,4550	0,3586

Fonte: Elaboração própria

Nos modelos 2 e 3, o impacto é positivo e muito similar em termos de magnitude. Tal indica a robustez do modelo. Os resultados são considerados coerentes, porque considera-se natural que exista um período temporal necessário ao investimento em educação para que este influencie (positivamente) o IDE.

A principal diferença entre o Modelo 2 e o Modelo 3 é que no segundo foi avaliada uma dinâmica temporal de 3 anos, enquanto que no terceiro apenas é avaliada a influência do segundo *lag*. Neste contexto, tendo em conta que apenas o segundo *lag* da variável explicativa mostra significância estatística, é considerado que o modelo 3 é o mais adequado para explicar a variável dependente.

De acordo com a estatística (*F-statistic*) *F-snedoor*, conclui-se que ambos os modelos são estatisticamente significativos a 5%, ainda que o segundo modelo apresente um *p-value* já muito próximo de 0,05. Tal ocorre, por causa da perda de graus de liberdade.

A variável R^2 é o coeficiente de determinação, e permite apurar qual a percentagem da variação da variável dependente que a variável independente consegue explicar. Nesta linha de pensamento o R^2 desta regressão é de 0,3586 indicando que a variável independente apresentada explica cerca de 35,8% da variação do IDE. No entanto, o valor do coeficiente de determinação (R^2) é considerado adequado neste tipo de modelo.

6.4 Interpretação e discussão dos resultados

De acordo com os resultados, pode-se tirar (algumas) conclusões, discutir resultados e saber se as perguntas que se encontram na questão de investigação são respondidas. No que toca às interpretações, quatro aspetos são relevantes e dois assuntos merecem discussão do ponto de vista real de STP.

Interpretações:

1- Os modelos apresentam dinâmica temporal distinta, mas, apenas o segundo *lag* da *Taxa de Crescimento do Investimento em Educação* apresenta significância estatística nos três modelos. Logo as conclusões são similares.

2- O que os resultados dizem é que a *Taxa de Crescimento do Investimento em Educação* tem influência positiva na taxa de crescimento do IDE a preços reais ao fim de dois anos em todos os modelos. E não no ano em que é feito. Isto faz sentido, porque os resultados não se fazem logo sentir no ano do investimento e sim num período temporal posterior ao mesmo. Ou seja, os resultados apontam para a significância global de ambos os modelos (2 e 3), revelando que a *Taxa de Crescimento do Investimento em Educação* em STP tem, a dois anos, uma influência positiva e significativa na taxa de crescimento do IDE.

3- Apercebe-se que o valor de *F-snedoor* do segundo e do terceiro modelo são distintos no que toca ao *p-value*, aonde, pressupõem-se que o Modelo 3 é o mais adequado para explicar a variável dependente porque o *p-value* não está próximo de 0,05. O mesmo não ocorre com o segundo, que de acordo com a estatística *F-snedoor*, o

Modelo 2 é significativo a 5%, mas, apresenta um *p-value* (já) muito próximo de 0,05 por causa da perda dos graus de liberdade.

4- No que toca ao Modelo 3 os resultados indicam que se a taxa de crescimento do investimento em educação crescer 1 ponto percentual, é esperado um incremento de 0,98 pontos percentuais na taxa de crescimento do IDE a 2 anos.

Primeira discussão do ponto de vista real do país: Se o investimento em educação tem influência positiva no IDE ao fim de dois anos de acordo com os resultados do modelo, porque é que o IDE em STP, com exceção do período entre 2006 e 2008, apresentou sempre crescimentos modestos? Pressupõe-se que dois argumentos respondam a esta questão;

1º - Tipo de mão-de-obra; Se o investimento do Estado fosse com intuito de obter-se mão-de-obra especializada e não mão-de-obra direcionada para a administração pública ter-se-ia maior atração de IDE porque as empresas teriam menor despesa salarial com a mão-de-obra especializada nacional visto que a mesma é inferior a 300 Euros (MFSTP). Nesta linha de pensamento, a amortização do investimento seria num período temporal inferior e o tempo de retorno do custo de deslocação da empresa ao país seria reduzido.

2º – Ao se analisar junto ao BCSTP apercebe-se que o aumento do IDE entre 2006 e 2008 não está relacionado com o investimento em educação. O mesmo ocorre por parte da empresa HBD na região do Príncipe (reserva da biosfera) constatando-se que não teve incentivos fiscais e o investidor teve de importar mão-de-obra especializada (por carência de quadros nacionais).

Segunda discussão do ponto de vista real do país: Que motivos inibem atrair ou captar o IDE para STP? Pressupõe-se que de forma meramente observacional dois argumentos que respondem, pelo menos parcialmente, a esta questão;

1º- Apercebe-se que a estabilidade política não foi relevante para o estudo em causa, mas de um modo observacional constata-se que o Estado é benevolente fazendo com que o investidor repense sobre a viabilidade do negócio. A situação é

constrangedora elevando os custos de instalação e diminuindo o retorno do capital para o empreendedor.

2º- Outra situação meramente observacional está relacionada com a emigração da mão-de-obra especializada nacional por não haver desenvolvimento no setor secundário no país.

Analisando os resultados apercebe-se que as perguntas que se encontram na questão de investigação foram respondidas. Na primeira pergunta de investigação, pretende-se aperceber se o investimento em Capital Humano é uma boa estratégia para influenciar ou promover IDE para se obter o desenvolvimento. Apercebe-se que a estratégia é potencialmente boa porque os resultados indicam que o investimento em educação tem influência positiva no IDE a fim de dois anos.

Na segunda pergunta na questão de investigação pretende-se saber se o investimento no setor educacional em STP é bem aplicado? Como é aplicado? Qual o propósito/objetivo/meta deste investimento? Pressupõe-se que o investimento é bem aplicado porque influencia o IDE positivamente a 2 anos (mas o gráfico nº11 mostra outra evolução que será esclarecida nas limitações desta dissertação – ver próximo capítulo).

O investimento é aplicado pelo intermédio de bolsas de estudo, vagas (em universidades ou institutos), formações e palestras em eventos internacionais. O propósito, seria melhorar o *know-how* e nível de literacia das pessoas. O objetivo passa por melhorar a eficiência na administração pública e criar fomento no que toca ao empreendedor e ao setor empresarial na sociedade Santomense.

7. CONCLUSÕES

Cabe reavivar que o **objetivo geral** e os **específicos** da dissertação passam pela análise do investimento no setor educacional, e qual a relação do mesmo para influenciar ou promover o IDE. Tenta-se perceber se o investimento na educação influencia na atração ou captação da iniciativa privada. Nesta ordem de ideias, procurou-se compreender se o investimento em educação em STP nos últimos 19 anos influenciou ou promoveu o IDE.

A teoria de acordo com a revisão bibliográfica leva-nos a intuir de que é possível obter crescimento/desenvolvimento e circulação de capital se o investimento em literacia for bem aplicado ao ponto de agregar valor social, industrial ou intelectual. Para a teoria, para além da terra e do capital, é necessária a participação do homem no processo produtivo com conhecimentos técnicos, polivalência e aumento do nível de literacia para realizar atividades para que a economia prospere.

Para tal, o ser humano deve aperfeiçoar-se para não ser ultrapassado no mercado de trabalho, aumentando a sua produtividade e dando resposta às exigências do setor privado. Por intermédio de capacitação o indivíduo tem probabilidade em se beneficiar com aumento salarial levando a intuir de que o salário está vinculado com o nível de literacia, habilidades e conhecimento por parte das pessoas.

No que toca aos resultados obtidos, constata-se que a única variável entre as quatro que mostrou significância estatística foi a *Taxa de Crescimento do Investimento em Educação* que demonstrou ter influência positiva no crescimento de IDE a fim de dois anos. Nesta linha de pensamento apercebe-se que é possível atrair o IDE com investimento em educação. Ou seja, há correlação positiva entre os pressupostos teóricos e os resultados obtidos podendo-se atrair o IDE pelo intermédio do investimento em educação.

No que diz respeito a **limitações**, a presente dissertação carece de dados temporais satisfatórios para que se tire todas as ilações sobre o comportamento da variável IDE. Por isso, o resultado do modelo de regressão (quadro nº9) e a evolução do IDE (gráfico nº11) não têm homogeneidade. Ou seja, os dados que constam no gráfico nº11 não

conseguem representar adequadamente o IDE. A situação ocorre devido a escassez de dados temporais, e pelo facto da digitalização ser um processo incipiente no país, fazendo com que com que se tenha de recorrer a acervos e/ou arquivos públicos que nem sempre estão disponíveis.

De acordo com a análise da dissertação como um todo deixa-se as seguintes recomendações:

1º - Apesar do investimento em literacia ter aumentado muito a *performance* da Administração Pública, recomenda-se que o Governo invista em áreas técnicas e evidencie esforços para especializar quadros com o intuito de fomentar o setor secundário.

A formação Técnico-Profissional deve constar nas prioridades nacionais para que as pessoas deem resposta a procura do setor privado. Nesta linha de pensamento recomenda-se que os dados do EPT (2014) deveriam constar na política Educativa STP visão 2022 (com envolvimento intersectorial e privado).

2º- Recomenda-se que o Governo crie mecanismos para atrair e fomentar investimentos direcionados ao setor primário e secundário porque os empreendimentos existentes são ínfimos, rudimentares não constituindo expressividade para a economia.

3º - Recomenda-se que se construa o porto de águas profundas e se amplie o aeroporto (STEP in LONDON, 2015), quanto antes (porque as obras não iniciaram em 2016 como previsto) com o intuito de reduzir os custos de importação (porto), e aumente a circulação de capital na economia (aeroporto) estimulando os investidores.

4º - O BCSTP deve influenciar os Bancos (Comerciais e de Investimentos) para que os mesmos flexibilizem a modalidade de concessão de financiamentos com juros aliciantes, maior rapidez e menor burocracia para que o investidor possa modernizar-se ao ponto de exportar com vantagem comparativa ou absoluta.

Para trabalhos futuros deve-se tentar perceber o que ocorre em STP para que não haja considerável atração e captação de IDE mesmo que os investidores saibam que o país tem estabilidade política, baixo nível salarial, segurança, ínfimas barreiras para transferências de lucros, pouca inflação e paridade cambial. Ou seja, existem elementos para impulsionar o IDE no entanto, o mesmo não é ainda satisfatório.

8. BIBLIOGRAFIA

Al-sadig, A. (2009). “*The Effects of Corruption on FDI Inflows*”. Cato Journal. June, Vol. 29, 2.

Amorim, L. (2008). “*O Capital Humano no Contexto da Sociedade e do Conhecimento*”. Dissertação de Mestrado (Economia da Educação). Universidade de La Empresa (UDE).

Andrade, R. (2010). “*Teoria do Capital Humano e a Qualidade da Educação nos Estados Brasileiros*”. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Asheghia, P. (2004). “*Determinants of economic growth in the United States*”: *the role of foreign direct investment*. International Trade Journal, vol. 18. 18 (1), pp. 63-83.

Banco Central de S.Tomé e Príncipe (BC-STP). (2017). Disponível em: <http://www.bcstp.st/> acessado em Março de 2017.

Basi, S. (1963). “*Determinants of United States Private Direct Investments in Foreign Countries*”. Kent State University Press, Kent, Ohio.

Beck, U. (2000). “*The Brave New World of Work*”. New York: Polity Press.

Blomstro, M. & Kokko, A. (1998). “*Multinational corporations and spillovers*”. *Journal of Economic Surveys*. Vol. 12, pp. 247-277.

Boycko, M, Shleifer, A. & Visny, W. (1995). “*Privatizing Russia*”. Cambridge : MIT Press.

Brás, A. (2007). ”Necessidade e dificuldades em valorizar o capital humano” *Revista de Estudos Politécnicos Polytechnical Studies Review*, Vol IV. n.º 7, pp. 291-319.

Brewer, A. (1993). “*FDI in emerging market countries*”. In Oxelheim, L., editor, *The Global Race for FDI. Prospects for the Future*. Springer-Verlag, Berlin.

Carkvic, M. & Levine, R. (2002). “*Does foreign direct investment accelerate growth?*” em: *Does Foreign Direct Investment Promote Development?* Ed. T. Moran, E. Graham e M. Blomstrom, Washigton

Caraça, J, João, F & Sandro M. (2007). “*A chain-interactive innovation model for the learning economy*”: *Prelude for a proposal*”. Lisboa: ISEG

Crawford, R. (1994). “*Na era do capital humano*”. São Paulo: Atlas.

Dantas, R. (1998). “*A. Engenharia de Avaliações – Introdução à Metodologia Científica*”. São Paulo: Pini.

Draper, R. & Smith, H. (1981). “*Applied Regression Analysis*”: New York: Jhon Wiley & Sons, Inc.

Drucker, P. F. (1994). “*Sociedade pós-capitalista*”. São Paulo: Pioneira.

Enguita, F. (1991). *"Tecnologia e sociedade: A ideologia da racionalidade técnica, a organização do trabalho e a educação"*. In: Trabalho, educação e prática social, Porto Alegre, Artes Médicas.

Exame nacional 2015 da Educação para Todos - EPT (2014), São Tomé e Príncipe, pp. 22-28, Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0023/002317/231751por.pdf, acessado em Março de 2017.

Ferreira, S. (2016). *"Princípios de Econometria"*, 2ª edição, Reis dos Livros.

Frichh, R. (1934). *"Statistical confluence analysis by means of complete regression systems"*. Institute of Economics, Oslo University, ed. 5.

Frigotto, G. (1993). *"A produtividade da escola improdutiva"*. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico - social capitalista. 4ªed. São Paulo: Cortez.

Foray, D. & Lundvall B. -Å. (1996). *"The Knowledge-based Economy": From the Economics of Knowledge to the Learning Economy*" in Foray, D. & B. -Å. Lundvall (eds.), *Employment and Growth in the Knowledge-based Economy*, OECD Documents, Paris.

Gentili, P. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D; SANFELICE, J. L. (orgs.) *"Capitalismo, trabalho e educação"*. SP: Cortez Autores Associados, 2005 . p.45 - 59.

Gray, W. & Kaufmann, D. (1998). *"Corruption and Development. Finance and Development"*, Vol. 35, 1. pp. 7-10.

Gujarati, N., porter, C (2011). “*Econometria Básica*”. 5ª Edição, tradução de Denise Durante, Mônica Rosemberg e Maria Lúcia G.L. Rosa, AMGH Editora Ltda.

Harbison, H. (1974). “*Mão-de-obra e desenvolvimento econômico: Problemas e estratégia*”. In: PEREIRA, Luiz (org.). Desenvolvimento, trabalho e educação. 2a ed. Rio de Janeiro, Zahar.

Hermanson, H. (1964). “*Accounting for Human Assets*”. Occasional Paper, n.º. 14, Bureau of Business and Economic Research, Graduate School of Business Administration, Michigan State University

Hermes, N. & Lensink, R. (2003). “Foreign direct investment, financial development and economic growth”. *Journal of Development Studies*, vol. 40, pp. 142-163.

Instituto Nacional de Estatística de S.Tomé e Príncipe (INE-STP). (2017). Disponível em: <http://www.ine.st/> acessado em Março de 2017.

Krajewski, L, Ritzman, P & Malhotra, M. (2009). “*Administração da produção e operações*”. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Laubadère, A. (1985). “*Direito Público Económico, Tradução e notas de Maria Teresa Costa*”, revista por Evaristo Mendes, Almedina, Coimbra.

Leal, R. (2015), “*Análise da Situação das Crianças e Mulheres em São Tomé e Príncipe*” (SITAN). Disponível em: <http://issuu.com/unicefstp> acessado em Abril de 2017.

Lundvall, B-A. (2004). “*The economics of knowledge and Learning*”: Knowledge Management in the Learning Economy. Paris: OECD

Lim, E. (2001). “*Determinants of, and the relation between, foreign direct investment and growth: a summary of the recent literature*” International Monetary Fund Working Paper, Middle Eastern Department.

Macedo, R. (1998). “*Hedonic Price Models with Spatial Effects*”. na Application to the Housing Market of Belo Horizonte, Brasil. RBE Rio de Janeiro, 52(1).

Mathur, A. & Singh, K. (2011). “*Foreign Direct Investment, Corruption, and Democracy*”. Applied Economics. November, Vol. 45 (8), pp. 991-1002.

Matsushita, Y. (2010). “*O que é estatística*”? Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ie/est/complementar/estatistica.htm>>.

Mencinger, J. (2003). “*Does foreign investment always enhance economic growth?*” Kilkos, Vol.56 (4), pp. 491-508.

Miller, T. & Kim, A. (2015): 2015 Index of Economic Freedom. Disponível em: www.heritage.org/index/download acessado em Janeiro de 2017

www.cato.org acessado em Janeiro de 2017

Milone, G. (2004). *“Estatística Geral e Aplicada”*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Moncada, C. (2012). *“Direito Económico”*. 6.ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra.

Montgomery, C. & Runger, C. (2003). *“Estatística Aplicada e Probabilidade para Engenheiros”*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.

Morettin, A. & Tolo, M. (1987). *“Previsão de Séries Temporais”*. 2ª ed. São Paulo: Atual Editora.

Morettin, A. & Tolo, M. (1987). *“Séries Temporais”*. 2ª ed. São Paulo: Atual Editora.

Mudambi, R. & Navarra, P. (2002). *“P. Institutions and international business”*: A theoretical overview. *International Business Review*, 11(1):35–55.

Nair-reicheit, U & Weinhold, D. (2001). *“Causality tests for cross-country panels”*: new look at FDI and economic growth in developing countries. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, Vol. 63 (2), pp. 153-171.

Nonnberg, B. & Mendonça, C. (2004). *“Determinantes dos investimentos diretos externos em países em desenvolvimento”* IPEA. Rio de Janeiro.

Ozturk, I. (2007). “Foreign direct investment – growth nexus: a review of the recent literature”. *International Journal of Applied Econometrics and Quantitative Studies*, vol. 4 (2), pp 79 - 98.

Pereira, R. (2001). “*Análise de Dados Qualitativos*”. 3ª ed. São Paulo: Edusp,

Ram, R. & Zhang, K. (2002). “*Foreign direct investment and economic growth: evidence form cross-country data for the 1990s*”. *Economic Development and Cultural Change*, Vol. 51 (1), 205-215.

Ramos, C.A & Azeredo, B. (1995). “*Planejamento e Políticas Públicas*”: Políticas Públicas de Emprego: Experiências e desafios nº 12, Jun/Dez.

Ramos, C.A: “*Economia do Trabalho*”. Disponível em: www.carlosalberto.pro.br; acessado em Maio de 2017.

Relatório do Estado do Sistema Educativo - RESEN (2013) “*Uma análise setorial para melhorar a eficácia do sistema*”, pp. 3-10, Disponível em: <http://www.afap.st/index.php/publicacoes/documentos/category/3-relatorios>, acessado em Janeiro de 2017.

Rugman, M. & verbeke, A. (2002). “*Location, competitiveness and the multinational enterprise*”. In Rugman, A. M. & Brewer, T. L., editors, *The Oxford Handbook of International Business*. Oxford University Press, Oxford.

Saggi, K. (2002). “*On technology transfer from trade and foreign direct investment*”
World Bank Research Observer.

Salama, P. (2002). “*Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*”. São Paulo:
Boitempo.

Salsburg, D. & Toma C. (2009). “*Como a estatística revolucionou a ciência no século XX*”. Trad. de José Maurício Gradel, revisão técnica Suzana Herculano-Houzel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 286p

Schultz, W. (1973). “*Investment in Human Capital*”: The Role of Education and of Research. Free Press. NY. (1971) e *O Capital Humano*: Investimentos em educação e em pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar.

Shleifer, A. & Vishny, R. (1993). “Corruption”. *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 108, 3, pp. 599-617.

Soto, M. (2000). “*Capital flows and growth in developing countries*”: Recent empirical evidence. OECD Development Centre. Technical Papers.

Stewart, T. (1998). “*O Capital Intelectual*”: a nova riqueza das organizações. Edições Sílabo, Lisboa.

Stigler, M. (1986) *The history of statistics: the measurement of uncertainty before 1900*. Cambridge, USA: The Belknap Press of Harvard University Press.

Simon, H. (1999), The many shapes of knowledge, *Revue D'Économie Industrielle*, 88, 2ºtrim.

Syensson, J. (2005). Eight Questions about Corruption. *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 19, 3, pp. 19-42.

Sylwester, K. (2005). “*Foreign direct investment, growth and income inequality in less developed countries*”. *International Review of Applied Economics*, vol. 19 (3), pp 289 -300

Teixeira, A & Gomes P. (2013). “*Ação Economia A*” 1ª edição. Porto Editora

Toffler, A. (1990). “*Aprendendo para o futuro*”. São Paulo: Artenova.

Triola, F. (1998). “*Introdução à Estatística*”. Trad. Alfredo Alves de Faria e Ver. Técnica Eliana Fa-rias e Soares. 7 ed. Rio de Janeiro: Livros técnicos e Científicos.

UNCTAD. (1999). “*World investment report: foreign direct investment and the challenge of development*”. Nações Unidas, Nova Iorque e Genebra.

UNCTAD. (2007). “*World investment report: foreign direct investment and the challenge of development*”. Nações Unidas, Nova Iorque e Genebra.

Vissak, T. & Roolaht, T. (2005). “*The negative impact of foreign direct investment on the Estonian economy*”. *Problems of Economic Transition*, vol. 48 (2), pp. 43-66.

Zhang, K. (2001). “*How does foreign direct investment affect economic growth in China?*” *Economics of Transition*, Vol. 9 (3), pp. 679-693.

9. ANEXOS

Anexo nº1 - Construção de variáveis

.

. * Peso do investimento na educação

.

. gen PesoInvEduc=InvEduc/PIB

. gen lPesoInvEduc=log(PesoInvEduc)

.

. * Variáveis monetárias deflacionadas

.

. gen IP=100

. replace IP=IP[_n-1]*(1+Inflacao/100) in 2/20

(19 real changes made)

. gen IDEreal=100*IDE/IP

. gen lIDEreal=log(IDEreal)

. gen PIBreal=100*PIB/IP

. gen lPIBreal=log(PIBreal)

----- Interpolated Dickey-Fuller -----

Test	1% Critical	5% Critical	10% Critical
Statistic	Value	Value	Value
Z(t)	-5.004	-3.750	-2.630

MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.0000

Anexo nº3 - Modelos de regressão

.

```
. regress D.lIDereal L(1/2)D.lPesoInvEduc L(1/2)D.lPIBreal L(1/2).Contratos
L(1/2)D.Estabilidade
```

Source	SS	df	MS	Number of obs	=	17
-----+-----				F(8, 8)	=	2.80
Model	22.5819053	8	2.82273816	Prob > F	=	0.0836
Residual	8.07427797	8	1.00928475	R-squared	=	0.7366
-----+-----				Adj R-squared	=	0.4732
Total	30.6561833	16	1.91601146	Root MSE	=	1.0046

D.lIDereal	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
-----+-----						
lPesoInvEduc						
LD.	-.8154147	.4358777	-1.87	0.098	-1.82055	.1897211
L2D.	1.234787	.4347824	2.84	0.022	.2321769	2.2373
lPIBreal						
LD.	3.04194	5.760833	0.53	0.612	-10.24256	16.32644
L2D.	-2.67644	4.60038	-0.58	0.577	-13.28493	7.932055
Contratos						
L1.	-.0689986	.1015906	-0.68	0.516	-.3032668	.1652697
L2.	.0954328	.1286907	0.74	0.480	-.2013283	.392194

Estabilidade|

LD.		-1.188064	.6549344	-1.81	0.107	-2.698346	.322217
L2D.		-.5878453	.5834496	-1.01	0.343	-1.933283	.757592
_cons		-.1487197	.6516904	-0.23	0.825	-1.65152	1.354081

. regress D.lIDereal L(1/3)D.lPesoInvEduc

Source		SS	df	MS	Number of obs	=	16
					F(3, 12)	=	5.17
Model		17.2766397	3	5.75887989	Prob > F	=	0.0159
Residual		13.355839	12	1.11298658	R-squared	=	0.5640
					Adj R-squared	=	0.4550
Total		30.6324786	15	2.04216524	Root MSE	=	1.055

D.lIDereal		Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	-
lPesoInvEduc							
LD.		-.554087	.3314789	-1.67	0.120	-1.276318	.1681434
L2D.		.8972787	.3605017	2.49	0.028	.1118131	1.682744
L3D.		.315501	.3312637	0.95	0.360	-.4062605	1.037263
_cons		-.0950796	.2739347	-0.35	0.735	-.6919322	.5017729

```
. regress D.lIDEreal L2D.lPesoInvEduc
```

```
Source |      SS      df      MS      Number of obs =      17
-----+-----
Model |  12.2212849      1  12.2212849  Prob > F      =  0.0066
Residual |  18.4348984     15  1.22899323  R-squared     =  0.3987
-----+-----
Total |  30.6561833     16  1.91601146  Adj R-squared =  0.3586
Root MSE =  1.1086
```

```
-----
D.lIDEreal |      Coef.   Std. Err.      t    P>|t|     [95% Conf. Interval]
-----+-----
lPesoInvEduc|
    L2D. |      .98836   .3134234     3.15   0.007     .3203137     1.656406
    |
    _cons |     -.1133094   .2710741    -0.42   0.682    -.6910901     .4644713
-----
```

Anexo nº4 – Indicadores de STP

Ano	PIB / milhões de DBS	Inflação	Emprego	InvEduc-oge/milhões de DBS	IDE (invest)	Contratos	est.politica
1997	264617	81,1		2655923000	400	2	1
1998	379160	20,8		5485093000	4200	1	1
1999	426934	12,6		7487440000	3000	3	1
2000	467919	9,6		8319413000	3800	7	1
2001	638668	9,4		12948008000	3000	2	1
2002	731901	9		18514720000	3600	2	0
2003	900583	9,9		58850935000	3400	5	1
2004	1043317	15,2		59775225000	3500	3	1
2005	1332354	17,2		80261973000	15660	2	0
2006	1673609	24,6		86559051000	380200	5	0
2007	1974030	27,6		10223487800	360300	1	1
2008	2763009	24,8		168989000000,00	791400	1	0
2009	3044288	16,1		218888000000,00	15500	4	1
2010	3652624	12,9		326775000000,00	50600	1	1
2011	4109907	11,9		388112000000,00	32150	1	1
2012	4815930	10,4		368883900000,00	22470	11	1
2013	5588961	7,1		367221100000,00	12160	4	1
2014	6434867	6,4		418657000000,00	27100	6	1
2015	7018113	4		393695000000,00	29250	5	1
2016	7298837,52	6,2		559024000000,00	22740	3	1

Anexo nº5 – Historial das Legislaturas

Legislatura	Nome do 1º Ministro	Ministro / Legislatu	Data de Inicio	Data da queda	Duração por mandato - 48 meses	Partido	Notas
I 1975 Partido Unico	<u>Leonel Mário d'Alva</u>		<u>21 de dezembro de 1974</u>	<u>12 de julho de 1975</u>	7 meses	MLSTP	Independência do país a <u>12 de julho de 1975</u>
	<u>Miguel Trovoada</u>	2	<u>12 de julho de 1975</u>	<u>9 de abril de 1979</u>	9 meses	MLSTP	
II e III 1980 a 1985	Cargo extinto		<u>9 de abril de 1979</u>	<u>8 de janeiro de 1988</u>	9 meses		Suspensão do cargo de 1º ministro de 9-5-1979 a 8-1-1988
	<u>Celestino Rocha da Costa</u>		<u>8 de janeiro de 1988</u>	<u>7 de fevereiro de 1991</u>	37 meses	MLSTP	
	<u>Daniel Daio</u>	2	<u>7 de fevereiro de 1991</u>	<u>16 de Maio de 1992</u>	15 meses	Independente	
IV 1991 Multipartidarismo	<u>Norberto Costa Alegre</u>		<u>16 de maio de 1992</u>	<u>2 de julho de 1994</u>	26 meses	PCD-GR	
	<u>Evaristo Carvalho</u>	2	<u>7 de julho de 1994</u>	<u>25 de outubro de 1994</u>	3 meses	ADI	
V 1994	<u>Carlos Graça</u>		<u>25 de Outubro de 1994</u>	<u>31 de dezembro de 1995</u>	14 meses	MLSTP-PSD	Breve interrupção durante o <u>Golpe de Estado (15-21 de agosto de 1995)</u>
	<u>Armindo Vaz d'Almeida</u>		<u>31 de Dezembro de 1995</u>	<u>19 de novembro de 1996</u>	11 meses	MLSTP-PSD	
	<u>Raul Brazanção Neto</u>	3	<u>19 de Novembro de 1996</u>	<u>5 de janeiro de 1999</u>	26 meses	MLSTP-PSD	
VI 1999	<u>Guilherme Posser da Costa</u>		<u>5 de janeiro de 1999</u>	<u>18 de setembro de 2001</u>	32 meses	MLSTP-PSD	
	<u>Evaristo Carvalho</u>	2	<u>26 de setembro de 2001</u>	<u>28 de março de 2002</u>	6 meses	ADI	
VII 2002	<u>Gabriel Costa</u>		<u>28 de março de 2002</u>	<u>7 de outubro de 2002</u>	7 meses	MLSTP-PSD	
	<u>Maria das Neves</u>		<u>7 de outubro de 2002</u>	<u>18 de setembro de 2004</u>	23 meses		Breve interrupção durante o <u>Golpe de Estado (16-23 de julho de 2003)</u>
	<u>Damião Vaz d'Almeida</u>		<u>18 de setembro de 2004</u>	<u>8 de junho de 2005</u>	9 meses	MLSTP-PSD	
	<u>Maria do Carmo Silveira</u>	4	<u>8 de junho de 2005</u>	<u>21 de abril de 2006</u>	10 meses	MLSTP-PSD	
VIII 2006	<u>Tomé Vera Cruz</u>		<u>21 de abril de 2006</u>	<u>14 de fevereiro de 2008</u>	22 meses	MDFM-PL	
	<u>Patrice Trovoada</u>		<u>14 de fevereiro de 2008</u>	<u>22 de junho de 2008</u>	4 meses	ADI	
	<u>Joaquim Rafael Branco</u>	3	<u>22 de junho de 2008</u>	<u>14 de agosto de 2010</u>	25 meses	MLSTP-PSD	
IX 2010	<u>Patrice Trovoada</u>		<u>14 de agosto de 2010</u>	<u>12 de Dezembro de 2012</u>	28 meses	ADI	
	<u>Gabriel Costa</u>	2	<u>12 de Dezembro de 2012</u>	<u>29 de Novembro de 2014</u>	23 meses	MLSTP-PSD	
X 2014	<u>Patrice Trovoada</u>	1	<u>29 de Novembro de 2014</u>	<u>ATE AO MOMENTO</u>		ADI	